

#### Prezados,

Submetemos à apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Unimed Campinas referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, incluindo o relatório dos auditores independentes.

A Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico é constituída por 3536 médicos cooperados e atua em 13 municípios da Região Metropolitana de Campinas. A Cooperativa completou 53 anos e possui 588.954 clientes na sua carteira. Considerando também os atendimentos por meio de intercâmbio (clientes de outras cooperativas Unimed atendidos na nossa rede), a Unimed Campinas prestou serviços a mais de 825 mil beneficiários. A receita líquida foi de 3,1 bilhões, sendo que desse total R\$ 2,8 bilhões foram destinados ao atendimento dos nossos clientes. Isso demonstra a relevância e importância da operação da Unimed Campinas na saúde brasileira, a colocando entre as 15 maiores empresas na Saúde Suplementar em território nacional.

## **CENÁRIOS E DESAFIOS**

O ano de 2022 apresentou o pior resultado operacional na história da Saúde Suplementar, entretanto, apesar da pequena melhora no desempenho do setor, o ano de 2023 não foi diferente e o setor deverá também fechar com prejuízos bilionários devido aos elevados patamares de custos.

A sustentabilidade do setor tem sido colocada a prova a todo momento, sendo os principais ofensores o grande volume de fraudes e desperdícios, maior incidência do câncer na população com seus tratamentos de alto custo, as imunoterapias, transtorno do espectro autista, judicialização e incorporação constante no ROL de Procedimentos da ANS.

Além dos desafios abordados acima, tivemos os impactos da instabilidade no cenário global, em especial a inflação nos mercados dos Estados Unidos e Europa, e que influenciou a elevação dos custos dos insumos importados.

Apesar dos diversos desafios, a saúde suplementar apresentou forte crescimento da sua base de usuários e atingiu um novo recorde histórico com 50,7 milhões de pessoas, um aumento de 1,9% em comparação a julho de 2022. Desempenho este principalmente devido a melhora observada da taxa de desemprego ao longo dos últimos anos e a percepção da priorização crescente das famílias na contratação de planos de saúde, especialmente após o período pandêmico da Covid-19.

Na Unimed Campinas o cenário de crescimento não foi diferente, superamos as nossas expectativas e tivemos um aumento de mais de 22 mil clientes, crescimento de 3,9% em relação a 2022, e taxa de crescimento acima da média do setor. Atingimos a marca de quase 589.000 beneficiários, retornando próximo aos maiores patamares históricos.

Aderimos em 2022 e consolidamos para 2023 três programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças: Cessação de Tabagismo, Gestação Saudável e Gerenciamento de idosos com dependência funcional grave ou total, gastos o montante de R\$ 1,2 milhões.

Por último, destacamos a melhora relevante em todos os indicadores econômico-financeiros da Cooperativa quando comparado ao ano de 2022. Sendo o destaque para a redução em mais de 1.9pp da sinistralidade 86.1% vs 88.0%, impactando em mais de R\$ 125 milhões em melhora do resultado das operações com planos de assistência à saúde. Mesmo após uma sequência de anos difíceis, os resultados demonstram a resiliência e a capacidade de gestão da Unimed Campinas.



## DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS

Em função de seu modelo de negócio, a Unimed Campinas tem como um dos principais objetivos a sustentabilidade para melhor remuneração dos médicos cooperados. Do resultado líquido de 2023, após as reservas estatutárias, a Unimed Campinas gerou sobras no valor de R\$ 24.899 mil. Ressaltamos que da receita líquida total de 3,1 bilhões, 38,6% foram revertidas aos cooperados, seja como forma de remuneração direta do trabalho médico, sobras e benefícios.

#### **ESG**

Os temas abordados no ESG - Ambiental, Social e Governança foram sempre trabalhados na Unimed Campinas, mas atualmente de uma forma mais estruturada, uma vez que o termo ESG traduz um conjunto de práticas que estão alinhadas com o modelo de negócio e com os princípios cooperativistas.

**Ambiental:** A principal maneira de frear a mudança do clima é a redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Em 2023, usamos as referências do Task Force On Climate Related Financial Disclosure (TCFD) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para construirmos a nossa estratégia de substituição de parte da matriz energética.

Como parte da jornada de transição para neutralizar a nossa pegada de carbono, compensamos as emissões de CO2 por meio de apoios a projetos REDD+ – instrumento que dá incentivos financeiros por desmatamento evitado – na Floresta Santa Maria e Vale do Jari e aumentamos a Floresta Unimed Campinas com o plantio de mais 1.000 mudas, totalizando 3.500 árvores.

Desenvolvemos também o projeto Cartão Virtual, que já teve adesão de 14.688 clientes. A substituição do cartão físico pelo virtual resultou em impactos financeiros e ambientais. A economia foi de R\$ 359 mil. Com a não produção de 167.210 cartões em PVC, reduzimos o equivalente a uma tonelada de plástico no meio ambiente. Essa quantia de cartões representa 27.673 postagens, que resultariam em 15 toneladas de CO2 emitidas na atmosfera, ou 669 árvores.

Além disso, investimos na comunicação interna para promover o consumo consciente entre os nossos colaboradores e realizamos a 9ª Semana de Sustentabilidade que tratou temas importantes para a agenda ESG, como "Os efeitos das mudanças climáticas na saúde", um evento estendido ao público externo.

**Social:** A Unimed Campinas sempre investiu muito em projetos sociais que contribuem com a redução da vulnerabilidade social, com o combate ao trabalho infantil, acesso a atividades que promovem saúde física, mental e social, melhoria da infraestrutura de Organizações da Sociedade Civil e a socialização e integração de pessoas vítimas do preconceito contra a pessoa idosa.

**Governança e Gestão de Riscos:** A estrutura de governança da cooperativa vem constantemente sendo aprimorada, buscando sempre estar alinhada as melhores práticas de mercado. Nos últimos anos mudanças significativas foram implementadas, sendo a principal dela a implementação da Resolução Normativa (RN) 518 da ANS, que dispõe das práticas mínimas de governança, gestão de riscos e controles internos recomendadas para operadoras de planos de saúde.



## EFICIÊNCIA, SOLIDEZ E SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Em 2023, um conjunto de estratégias, resultados e eventos contribuíram para fortalecer a solidez econômico-financeira da Unimed Campinas.

A Cooperativa também fortaleceu a sua diretriz interna de responsabilidade na gestão, com foco no aumento da eficiência operacional.

Nossos resultados demonstram nossa eficiência em 2023 quando comparados a 2022:

	2023	2022
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	3.114.578	2.580.251
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	(2.680.225)	(2.270.457)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	434.353	309.794
SINISTRALIDADE	86,1%	88,0%
Outras receitas (despesas) operacionais	(116.561)	(49.154)
RESULTADO BRUTO	317.792	260.640
Despesas de Comercialização Despesas Administrativas	(13.864) (288.587)	(10.766) (247.640)
Resultado Financeiro e Patrimonial	101.832	76.604
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	117.173	78.839
Impostos sobre Resultado Participações nas sobras	(38.809) (1.795)	65.877 (1.586)
RESULTADO LÍQUIDO	76.569	143.130

Apresentamos abaixo a avaliação sobre as principais rubricas que compõem a medição EBITDA e EBITDA Ajustado (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou, em português, LAJIDA (Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), através do qual é possível avaliar o quanto a cooperativa está gerando caixa com suas atividades operacionais, não incluindo movimentações ligadas às atividades de investimento e financiamento, bem como tributos sobre lucro.

Em milhares de reals	2023	2022
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	117.173	78.839
Resultado Financeiro e Patrimonial	(101.832)	(76.604)
Depreciação e Amortização (nota 11)	13.614	15.978
EBITDA	28.955	18.213
Fates/Rates (i)	31.985	14.336
Remuneração do Cooperado programa Bem+ (iii)	9.350	
Pagamento aos Cooperados (ii)	45.181	30.082
PLR Funcionários – Grupo 61	(1.795)	(1.586)
EBITDA AJUSTADO	113.676	61.045



- (i) Conforme mencionado na Nota 17(d) às demonstrações financeiras, refere-se a transações com os cooperados da Unimed Campinas, os quais posteriormente são destinados a conta de reserva específica no patrimônio líquido, conforme definido no Estatuto Social da Cooperativa e Lei nº 5.764/71 do Cooperativismo.
- (ii) Conforme mencionado na Nota 27(a) às demonstrações financeiras, trata-se de remuneração discricionária aos cooperados da Unimed Campinas, que são deliberadas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Cooperativa, a depender do resultado atingido pela Cooperativa.
- (iii) Conforme mencionado nas Notas 4.8 e 22(c) às demonstrações financeiras, trata-se de remuneração (bonificação) que busca valorizar o trabalho médico com base na qualidade da assistência prestada aos pacientes. A remuneração é definida com base em metas trimestrais elaboradas sob três grandes pilares: sustentabilidade financeira, satisfação do cliente e qualidade assistencial.
- (iv) Trata-se de participação no resultado para os colaboradores da Cooperativa que está apresentado na demonstração do resultado após o resultado antes dos impostos e participações.

Como destacado acima, a Cooperativa considera como resultado gerencial e ajusta o EBTIDA conforme fatos ocorridos que foram deliberados pelo Conselho de Administração, e que não estavam em sua previsão orçamentária.

#### **PERSPECTIVAS PARA 2024**

Para 2024, a prioridade da Unimed Campinas será a melhoria em sua margem operacional por meio de adequação das tabelas de precificação de produtos, controle dos custos assistenciais, redução dos desperdícios e contenção das despesas administrativas.

Continuaremos com foco na nossa agenda estratégica com os temas de fortalecimento da nossa governança, introdução de novos modelos de remuneração da rede parceira, fortalecimentos dos nossos serviços próprios e investimento robusto na inovação e transformação digital na busca de maior eficiência e melhor experiência dos nossos clientes.

Destacamos abaixo alguns dos principais projetos:

- 1. NOS Núcleo de oncologia e saúde
- 2. Expansão do Amplia com foco em dar um atendimento de qualidade para os pacientes TEA
- 3. Expansão e modernização do HUC
- 4. Qualificação e novos modelos de remuneração da rede credenciada
- 5. Lançamento do Bem+ 2024
- 6. Edital para a entrada de 272 novos cooperados, contendo o número de novos e com foco em atender especialidades com alta demanda
- 7. Investimento do parque tecnológico da cooperativa com a troca do ERP
- 8. Lançamento do novo portfólio de produtos
- 9. Expansão da saúde digital

## DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

A capacidade financeira da Unimed Campinas se mantém sólida com saldo de disponível e aplicações financeiras circulante e não circulante, pelo montante total de R\$839.175 mil em 31 dezembro de 2023. A gestão da liquidez é acompanhada pela Administração de forma a assegurar a segurança financeira perante cooperados, clientes e rede assistencial. A Cooperativa, por meio de seus administradores, declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento determinados títulos e valores mobiliários que totalizam R\$ 102.069 mil



#### **AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com as normas da Agência Nacional de Saúde – ANS (Resolução Normativa - RN nº 528, de 29 de abril de 2022) e do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, a Cooperativa têm como procedimento assegurar-se de que a prestação de outros serviços pelos auditores não venha gerar conflito de interesses e afetar a independência e a objetividade necessária aos serviços de Auditoria Independente.

Durante ano de 2023, todos os serviços de auditoria e de não auditoria foram submetidos à aprovação prévia pelos órgãos de governança da Cooperativa, sendo esses considerados permissíveis perante as regras da ANS e CFC. Durante o exercício de 2023, a Cooperativa contratou os seguintes serviços de não auditoria: (i) Procedimentos Previamente Acordados (PPA), trimestralmente, referente as Informações Econômico-Financeiras das operadoras de planos de assistência à saúde a serem informadas no DIOPS/ANS, segundo determinado pela Resolução Normativa – RN nº 527 (Anexo I), de 09 de abril de 2022; e (ii) Procedimentos Previamente Acordados (PPA), referente ao Relatório sobre os processos de governança, gestão de riscos e controles internos das operadoras, conforme previsto pela ANS Resolução Normativa nº 518, de 29 de abril de 2022.

Consequentemente, no ano de 2023 foram pagos honorários de auditoria relacionados com a auditoria das demonstrações financeiras da Cooperativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de honorários de não auditoria relacionados com os trabalhos de PPA mencionados acima, pelos montantes de R\$ 324.000 e R\$ 141.000, respectivamente.

## DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes da Resolução Normativa da ANS (RN nº 528), a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes e que não possui ocorrência de operações suspeitas, conforme determina o inciso III do artigo 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

# **Demonstrações Financeiras**

**Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico** 

31 de dezembro de 2023 com Relatório do Auditor Independente

# Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

## Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa - método direto	
Demonstração do valor adicionado	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



Edifício Trade Tower Av. José de Souza Campos, 900 1º andar - Nova Campinas 13092-123 - Campinas - SP - Brasil

Tel: +55 19 3322-0500 Fax:+55 19 3322-0559 ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Cooperados, Conselho de Administração e Diretoria

Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico

Campinas - São Paulo

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Outros assuntos**

#### Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Cooperativa, e apresentada como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Cooperativa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 21 de fevereiro de 2024.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda.

Alexandre Fermino Alvares Contador CRC-SP211793/O

CRC-SP027623/F

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo Circulante Disponível  Realizável   5   25.835   55.353   Realizável   773.545   596.222   Aplicações Financeiras   6   429.526   240.830   Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas   - 14.835   Aplicações Cirves   429.526   229.995   Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde   7.a   208.231   179.619   Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber   111.336   93.076   Participação de Beneficiános em Eventos/Sinistros Indenizáveis   70.42   62.595   Cutros Créditos Assistência à Saúde   7.a   208.231   79.619   Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber   111.336   93.076   Participação de Beneficiános em Eventos/Sinistros Indenizáveis   70.42   62.595   Cutros Créditos Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde do Operações Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde Operações Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde Alo Operações Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde Alo Operações Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde Alo Operações Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde Alo Operações Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde Alo Operações   5.567   34.035   Participações Titulos a Receber   5.567   7.444   Conta Corrente com Cooperados   5.525   5.352   Total Circulante   5.825   5.352   Aplicações Financeiras   6   383.814   376.121   Aplicações Financeiras   7.444   7.544   7.554   Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas   321.349   318.172   Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas   321.349		Nota	2023	2022
Disponíve    5   25.835   55.353				
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas   6   249,526   240,830   Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas   429,526   225,995   225,		5	25.835	55.353
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas   - 14.835   - 225.995   - 225	Realizável		773.545	596.222
Aplicações Livres   429.526   225.995	Aplicações Financeiras	6	429.526	240.830
Aplicações Livres   429.526   225.995	Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	_	-	14.835
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber   111.336   93.078   26.376   23.892   Coperadoras de Planos de Assistência à Saúde   70.442   62.595   Cutros Créditos Assistência à Saúde   70.442   62.595   Cutros Créditos Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora   7.5   25.671   34.035   Créditos de Operações Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora   7.5   25.671   34.035   Créditos Tributários e Previdenciários   8   43.958   75.833   75.833   Ens e Tituta a Receber   9   54.577   53.109   Despesas Antecipadas   5.757   7.444   5.825   5.352   5.35			429.526	225.995
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber   111.336   93.078   23.078   23.082   26.276   23.892   270.442   62.595   270.442   270	Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	7.a	208.231	179.619
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde         70.442         62.595           Outros Créditos Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora         7.b         25.671         34.035           Créditos Tributários e Previdenciários         8         43.958         75.833           Bens e Titulos a Receber         9         54.577         53.109           Despesas Antecipadas         5.757         7.444           Conta Corrente com Cooperados         5.825         5.382           Total Circulante         799.380         651.575           Ativo Não Circulante         8         38.814         376.121           Realizável a Longo Prazo         4         321.349         318.172           Aplicações Financeiras         6         383.814         376.121           Aplicações Livres         62.465         57.949           Créditos Tributários e Previdenciários         8         14.175         13.660           Ativo Fiscal Diferido         25.b         21.960         19.522           Depósitos Judiciais e Fiscais         16         201.523         179.132           Outros Créditos a Receber a Longo Prazo         9         11.004         1.587           Total do Nealizável a longo prazo         65.874         59.125 </td <td>Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber</td> <td>_</td> <td>111.336</td> <td>93.078</td>	Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	_	111.336	93.078
Outros Créditos Assistência à Saúde         77         54           Créditos de Operações Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora         7.b         25.671         34.035           Créditos Tributários e Previdenciários         8         43.958         75.833           Bens e Títulos a Receber         9         54.577         53.109           Despesas Antecipadas         5.757         7.444           Conta Corrente com Cooperados         5.825         5.352           Total Circulante         8         32.13.29         651.575           Ativo Não Circulante         8         43.83.814         376.121           Realizável a Longo Prazo         4         321.349         318.172           Aplicações Financeiras         6         383.814         376.121           Aplicações Curres         62.465         57.949           Créditos Tributários e Previdenciários         8         14.175         13.650           Ativo Fiscal Diferido         25.b         21.960         19.522           Depósitos Judiciais e Fiscais         16         201.523         179.132           Outros Créditos a Receber a Longo Prazo         9         11.404         1.587           Total do Realizável a longo prazo         9	Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis		26.376	23.892
Créditos de Operações Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora         7.b         25.671         34.035           Créditos Tributários e Previdenciários         8         43.958         75.833           Bens e Titulos a Receber         9         54.577         53.109           Despesas Antecipadas         5.757         7.444           Conta Corrente com Cooperados         5.825         5.352           Total Circulante         799.380         651.575           Ativo Não Circulante         8         1.72           Realizável a Longo Prazo         321.349         318.172           Aplicações Eiranceiras         6         383.814         376.121           Aplicações Livres         62.465         57.949           Créditos Tributários e Previdenciários         8         14.175         13.650           Ativo Fiscal Diferido         25.b         21.960         19.522           Depósitos Judiciais e Fiscais         16         201.523         179.132           Outros Créditos a Receber a Longo Prazo         9         11.404         1.587           Total do Realizável a longo prazo         632.876         590.012           Investimentos         65.874         59.125           Participações Societárias pelo Mé	Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		70.442	62.595
Planos de Saúde da Operadora   7.b   25.671   34.035   Créditos Tributários e Previdenciários   8   43.958   75.833   Bens e Títulos a Receber   9   54.577   53.109   Despesas Antecipadas   5.757   7.444   Conta Corrente com Cooperados   5.825   5.352   Total Circulante	Outros Créditos Assistência à Saúde		77	54
Créditos Tributários e Previdenciários         8         43,958         75,833           Bens e Títulos a Receber         9         54,577         53,109           Despesas Antecipadas         5,757         7,444           Conta Corrente com Cooperados         5,825         5,352           Total Circulante         799,380         651,575           Ativo Não Circulante         8         1,752           Realizável a Longo Prazo         321,349         318,172           Aplicações Financeiras         6         383,814         376,121           Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas         321,349         318,172           Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas         8         14,175         13,650           Créditos Tributários e Previdenciários         8         14,175         13,650           Ativo Fiscal Diferido         25,b         21,960         19,522           Depósitos Judiciais e Fiscais         16         201,523         179,132           Outros Créditos a Receber a Longo Prazo         9         11,404         1,587           Total do Realizável a longo prazo         65,874         59,125           Investimentos         10         65,874         59,125           Imobilizado         10<	Créditos de Operações Assistência à Saúde Não Relacionados com			
Bens e Titulos a Receber Despesas Antecipadas Conta Corrente com Cooperados         9         54,577 5,757 7,444 5,332 5,332 7,444 5,332 5,332 7,344 5,335 7,344 5,335 7,345 7,344 5,335 7,345 7,	Planos de Saúde da Operadora	7.b	25.671	34.035
Despesas Antecipadas	Créditos Tributários e Previdenciários	8	43.958	75.833
Conta Corrente com Cooperados         5.825         5.352           Total Circulante         799.380         651.575           Ativo Não Circulante         8         4.00         361.575           Aplicações Financeiras         6         383.814         376.121           Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas         321.349         318.172           Aplicações Livres         62.465         57.949           Créditos Tributários e Previdenciários         8         14.175         13.650           Ativo Fiscal Diferido         25.b         21.960         19.522           Depósitos Judiciais e Fiscais         16         201.523         179.132           Outros Créditos a Receber a Longo Prazo         9         11.404         1.587           Total do Realizável a longo prazo         9         11.404         1.587           Total Investimentos         8         59.125           Participações Societárias pelo Método de Custo         65.874         59.125           Total Investimentos         10         65.874         59.125           Total Investimentos         11         9.491         10.112           Imboilizado         11         9.491         10.112           Imboilizado - Hospitalares         11<	Bens e Títulos a Receber	9	54.577	53.109
Total Circulante   799.380   651.575	Despesas Antecipadas		5.757	7.444
Ativo Não Circulante   Realizável a Longo Prazo   Aplicações Financeiras   6   383.814   376.121   Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas   321.349   318.172   Aplicações Livres   62.465   57.949	Conta Corrente com Cooperados	_		5.352
Realizável a Longo Prazo   Aplicações Financeiras   Aplicações Financeiras   Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas   321.349   318.172   318.172   Aplicações Carantidoras de Provisões Técnicas   62.465   57.949   Créditos Tributários e Previdenciários   8   14.175   13.650   Ativo Fiscal Difierido   25.b   21.960   19.522   Depósitos Judiciais e Fiscais   16   201.523   179.132   Outros Créditos a Receber a Longo Prazo   9   11.404   1.587   Total do Realizável a longo prazo   632.876   590.012	Total Circulante	_	799.380	651.575
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas Aplicações Livres 62.465 57.949  Créditos Tributários e Previdenciários 8 14.175 13.650 Ativo Fiscal Diferido 25.b 21.960 19.522 Depósitos Judiciais e Fiscais 16 201.523 179.132 Outros Créditos a Receber a Longo Prazo 9 11.404 1.587 Total do Realizável a longo prazo 9 11.404 1.587 Total do Realizável a longo prazo 10 65.874 59.125  Investimentos Participações Societárias pelo Método de Custo Total Investimentos 10 65.874 59.125  Imobilizado Imóveis de Uso Próprio - Não hospitalares Imobilizados de Uso Próprio 11 19.192 17.732 Imobilizado - Hospitalares Imobilizações em Curso Outras Imobilizações em Curso Outras Imobilizações Outras Imobilizações Direito de Uso de Ativos (Arrendamentos) 10 17.172 Intangível 11 7.172 4.371  Total do Ativo Não Circulante				
Aplicações Livres  Créditos Tributários e Previdenciários  Ativo Fiscal Diferido  Depósitos Judiciais e Fiscais  16 201.523 179.132  Outros Créditos a Receber a Longo Prazo  9 11.404 1.587  Total do Realizável a longo prazo  Investimentos  Participações Societárias pelo Método de Custo  Participações Societárias pelo Método de Custo  Total Investimentos  10 65.874 59.125  Imobilizado  Imóveis de Uso Próprio - Não hospitalares  Inmobilizado se Uso Próprio  11 9.491 10.112  Imobilizados de Uso Próprio  11 19.192 17.732  Imobilizado - Hospitalares  Inmobilizado - Não Hospitalares  Inmobilizações em Curso  Outras Imobilizações  Direito de Uso de Ativos (Arrendamentos)  Total Imobilizado  Intangível  11 7.172 4.371  Total do Ativo Não Circulante  812.944 755.248	Aplicações Financeiras	6	383.814	376.121
Créditos Tributários e Previdenciários         8         14.175         13.650           Ativo Fiscal Diferido         25.b         21.960         19.522           Depósitos Judiciais e Fiscais         16         201.523         179.132           Outros Créditos a Receber a Longo Prazo         9         11.404         1.587           Total do Realizável a longo prazo         632.876         590.012           Investimentos         Participações Societárias pelo Método de Custo         65.874         59.125           Total Investimentos         10         65.874         59.125           Imobilizado         10         65.874         59.125           Imobilizado Investimentos         11         9.491         10.112           Imobilizados de Uso Próprio - Não hospitalares         11         9.491         10.112           Imobilizado - Hospitalares         8.382         8.715           Imobilizações em Curso         11         24.309         18.628           Outras Imobilizações         11         23.391         24.963           Direito de Uso de Ativos (Arrendamentos)         11.b         30.639         30.305           Total Imobilizado         107.022         101.740           Intagrical de Uso de Ativo Não Circulante         812	Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		321.349	318.172
Ativo Fiscal Diferido       25.b       21.960       19.522         Depósitos Judiciais e Fiscais       16       201.523       179.132         Outros Créditos a Receber a Longo Prazo       9       11.404       1.587         Total do Realizável a longo prazo       632.876       590.012         Investimentos       Participações Societárias pelo Método de Custo       65.874       59.125         Total Investimentos       10       65.874       59.125         Imobilizado       Imobilizado         Investimentos       11       9.491       10.112         Imobilizados de Uso Próprio - Não hospitalares       11       9.491       10.112         Imobilizados de Uso Próprio       11       19.192       17.732         Imobilizado - Hospitalares       8.382       8.715         Imobilizações em Curso       11       24.309       18.628         Outras Imobilizações       11       23.391       24.963         Direito de Uso de Ativos (Arrendamentos)       11.b       30.639       30.305         Total Imobilizado       11       7.172       4.371         Total do Ativo Não Circulante       812.944       755.248	Aplicações Livres		62.465	57.949
Depósitos Judiciais e Fiscais         16         201.523         179.132           Outros Créditos a Receber a Longo Prazo         9         11.404         1.587           Total do Realizável a longo prazo         632.876         590.012           Investimentos         Participações Societárias pelo Método de Custo         65.874         59.125           Total Investimentos         10         65.874         59.125           Imobilizado         Imobilizado Imóbilizado Los Próprio - Não hospitalares         11         9.491         10.112           Imobilizados de Uso Próprio         11         19.192         17.732           Imobilizado - Hospitalares         8.382         8.715           Imobilizado - Não Hospitalares         10.810         9.017           Imobilizações em Curso         11         24.309         18.628           Outras Imobilizações         11         23.391         24.963           Direito de Uso de Ativos (Arrendamentos)         11.b         30.639         30.305           Total Imobilizado         107.022         101.740           Intagível         11         7.172         4.371           Total do Ativo Não Circulante         812.944         755.248	Créditos Tributários e Previdenciários	8	14.175	13.650
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo         9         11.404         1.587           Total do Realizável a longo prazo         632.876         590.012           Investimentos         Participações Societárias pelo Método de Custo         65.874         59.125           Total Investimentos         10         65.874         59.125           Imobilizado         Imobilizado Imóveis de Uso Próprio - Não hospitalares         11         9.491         10.112           Imobilizados de Uso Próprio         11         19.192         17.732           Imobilizado - Hospitalares         8.382         8.715           Imobilizações em Curso         11         24.309         18.628           Outras Imobilizações         11         23.391         24.963           Direito de Uso de Ativos (Arrendamentos)         11.b         30.639         30.305           Total Imobilizado         107.022         101.740           Intangível         11         7.172         4.371           Total do Ativo Não Circulante         812.944         755.248	Ativo Fiscal Diferido	25.b	21.960	19.522
Total do Realizável a longo prazo   632.876   590.012	•			179.132
Investimentos		9		
Participações Societárias pelo Método de Custo         65.874         59.125           Total Investimentos         10         65.874         59.125           Imobilizado         Imobilizado Imóveis de Uso Próprio - Não hospitalares         11         9.491         10.112           Imobilizados de Uso Próprio         11         19.192         17.732           Imobilizado - Hospitalares         8.382         8.715           Imobilizações em Curso         11         24.309         18.628           Outras Imobilizações em Curso         11         23.391         24.963           Direito de Uso de Ativos (Arrendamentos)         11.b         30.639         30.305           Total Imobilizado         107.022         101.740           Intangível         11         7.172         4.371           Total do Ativo Não Circulante         812.944         755.248	Total do Realizável a longo prazo	_	632.876	590.012
Total Investimentos         10         65.874         59.125           Imobilizado         Imóveis de Uso Próprio - Não hospitalares         11         9.491         10.112           Imobilizados de Uso Próprio         11         19.192         17.732           Imobilizado - Hospitalares         8.382         8.715           Imobilizado - Não Hospitalares         10.810         9.017           Imobilizações em Curso         11         24.309         18.628           Outras Imobilizações         11         23.391         24.963           Direito de Uso de Ativos (Arrendamentos)         11.b         30.639         30.305           Total Imobilizado         107.022         101.740           Intangível         11         7.172         4.371           Total do Ativo Não Circulante         812.944         755.248				
Imobilizado	• •			
Imóveis de Uso Próprio - Não hospitalares       11       9.491       10.112         Imobilizados de Uso Próprio       11       19.192       17.732         Imobilizado - Hospitalares       8.382       8.715         Imobilizações em Curso       11       24.309       18.628         Outras Imobilizações       11       23.391       24.963         Direito de Uso de Ativos (Arrendamentos)       11.b       30.639       30.305         Total Imobilizado       107.022       101.740         Intangível       11       7.172       4.371         Total do Ativo Não Circulante       812.944       755.248	Total Investimentos	10	65.874	59.125
Imobilizados de Uso Próprio         11         19.192         17.732           Imobilizado - Hospitalares         8.382         8.715           Imobilizações em Curso         10.810         9.017           Imobilizações em Curso         11         24.309         18.628           Outras Imobilizações         11         23.391         24.963           Direito de Uso de Ativos (Arrendamentos)         11.b         30.639         30.305           Total Imobilizado         107.022         101.740           Intangível         11         7.172         4.371           Total do Ativo Não Circulante         812.944         755.248				
Imobilizado - Hospitalares         8.382         8.715           Imobilizado - Não Hospitalares         10.810         9.017           Imobilizações em Curso         11         24.309         18.628           Outras Imobilizações         11         23.391         24.963           Direito de Uso de Ativos (Arrendamentos)         11.b         30.639         30.305           Total Imobilizado         107.022         101.740           Intangível         11         7.172         4.371           Total do Ativo Não Circulante         812.944         755.248	·	_		
Imobilizado - Não Hospitalares         10.810         9.017           Imobilizações em Curso         11         24.309         18.628           Outras Imobilizações         11         23.391         24.963           Direito de Uso de Ativos (Arrendamentos)         11.b         30.639         30.305           Total Imobilizado         107.022         101.740           Intangível         11         7.172         4.371           Total do Ativo Não Circulante         812.944         755.248	•	11		
Imobilizações em Curso       11       24.309       18.628         Outras Imobilizações       11       23.391       24.963         Direito de Uso de Ativos (Arrendamentos)       11.b       30.639       30.305         Total Imobilizado       107.022       101.740         Intangível       11       7.172       4.371         Total do Ativo Não Circulante       812.944       755.248				
Outras Imobilizações         11         23.391         24.963           Direito de Uso de Ativos (Arrendamentos)         11.b         30.639         30.305           Total Imobilizado         107.022         101.740           Intangível         11         7.172         4.371           Total do Ativo Não Circulante         812.944         755.248	Imobilizado - Nao Hospitalares		10.810	9.017
Outras Imobilizações         11         23.391         24.963           Direito de Uso de Ativos (Arrendamentos)         11.b         30.639         30.305           Total Imobilizado         107.022         101.740           Intangível         11         7.172         4.371           Total do Ativo Não Circulante         812.944         755.248	Imobilizações em Curso	11	24.309	18.628
Total Imobilizado         107.022         101.740           Intangível         11         7.172         4.371           Total do Ativo Não Circulante         812.944         755.248	Outras Imobilizações		23.391	24.963
Intangível         11         7.172         4.371           Total do Ativo Não Circulante         812.944         755.248	Direito de Uso de Ativos (Arrendamentos)	11.b		
Total do Ativo Não Circulante 812.944 755.248	Total Imobilizado	_	107.022	101.740
	Intangível	11	7.172	4.371
Total do Ativo 1.612.324 1.406.823	Total do Ativo Não Circulante	_	812.944	755.248
Total do Ativo 1.612.324 1.406.823				
	Total do Ativo	_	1.612.324	1.406.823

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)--*Continuação* 

	Nota	2023	2022
Passivo e Patrimônio Líquido Passivo circulante			
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	293.054	259.770
Provisão para Remissão		5.444	5.613
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		2.548	2.367
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços		2.040	2.007
Assistenciais		161.676	135.051
Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		123.386	116.739
1 Totaldo para Evoltos/officios destinado o Mao / Modado (1 E offici)		120.000	110.700
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	13.a	42.667	33.682
Contraprestações	_	753	414
Comercialização sobre Operações		1.049	442
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		40.687	32.757
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		178	69
Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de			
Saúde da Operadora	14	8.798	11.952
Provisões		1.977	3.162
Provisão para Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro	15.a	1.977	3.162
Tributes a Francisco Casicia a Dasalban	15.a	77.195	68.294
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	15.a 15.b	77.195 65	35
Empréstimos a coligadas	15.b 15.b	104.510	
Débitos Diversos	15.b 13.b		64.385
Conta Corrente de Cooperados	13.0	38.749 567.015	27.380 468.658
Total Circulante	_	307.013	400.000
Passivo não circulante			
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		7.579	7.065
Provisão para Remissão	12	7.579	7.065
			400.050
Provisões		206.092	189.852
Provisões para Ações Judiciais	16	206.092	189.852
Débitos Diversos	15.b	37.947	41.951
Total do Passivo Não Circulante		251.618	238.868
Total do Passivo	_	818.633	707.526
Patrimânia Líquida	17		
Patrimônio Líquido Capital Social Reservas:	17	393.958	376.194
Reservas.  Reservas de Lucros/ Sobras/ Retenção de Superávits		374.834	299.077
Sobras acumuladas		24.899	24.026
Total do Patrimônio Líguido	_	793.691	699.297
	_		555.201
Total do Passivo e do Patrimônio líquido	_	1.612.324	1.406.823
. Stat. do . dos. o o do i diffinonio figuido	_	.1012.02-1	1.100.020

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		31 de dezembro de 2023				31 de deze	embro de 2022		
		Atos Cooperativos				Atos Co	operativos	_	
	Nota	Principais	Auxiliares	Atos não Cooperativos	Total	Principais	Auxiliares	Atos não Cooperativos	Total
Contraprestações efetivas/Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	18	1.421.553	1.674.276	18.749	3.114.578	1.230.126	1.333.610	16.515	2.580.251
Receita com Operações de Assistência à Saúde		1.458.088	1.719.405	19.242	3.196.735	1.264.266	1.367.397	16.917	2.648.580
Contraprestações, líquidas/ Prêmios Retidos		1.458.242	1.719.593	19.244	3.197.079	1.264.157	1.367.276	16.915	2.648.348
Variação das provisões técnicas de Operações de Assistência à Saúde		(154)	(188)	(2)	(344)	109	121	2	232
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(36.535)	(45.129)	(493)	(82.157)	(34.140)	(33.787)	(402)	(68.329)
Eventos indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	19	(1.173.523)	(1.490.450)	(16.252)	(2.680.225)	(1.047.595)	(1.208.291)	(14.571)	(2.270.457)
Eventos / sinistros conhecidos ou Avisados		(1.172.703)	(1.484.216)	(16.660)	(2.673.579)	(1.039.134)	(1.198.582)	(14.913)	(2.252.629)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(820)	(6.234)	408	(6.646)	(8.461)	(9.709)	342	(17.828)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		248.030	183.826	2.497	434.353	182.531	125.319	1.944	309.794
Outras receitas operacionais de Planos de Assistência à Saúde	21	736	895	13.893	15.524	3.014	3.343	12.538	18.895
Receita de Assistência à Saúde Não relacionada com Plano de Saúde Operada	22.a.	80.986	-	5.126	86.112	88.369	-	5.201	93.570
Receita com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		35.864	-	5.075	40.939	60.522	-	5.152	65.674
Receitas com Administração de Intercambio Eventual - Assistência Médico Hospitalar		50.436	-	-	50.436	45.010	-	-	45.010
Outras (Despesas) Receitas Operacionais, líquidas		(5.314)	-	51	(5.263)	(17.163)	-	49	(17.114)
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(1.373)	(1.669)	(605)	(3.647)	(1.369)	(1.519)	(596)	(3.484)
Outras (despesas) receitas de operações de plano de assistência à saúde		(96.382)	(7.328)	(80)	(103.790)	(50.693)	11.722	138	(38.833)
Outras (Despesas) Receitas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	22.c	(94.871)	(5.575)	(61)	(100.507)	(50.705)	11.708	138	(38.859)
Programas regulatórios de atenção à Saúde		(566)	(656)	(7)	(1.229)	-	-	-	-
<ul><li>(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde</li></ul>		137	158	2	297	162	176	2	340
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(1.082)	(1.255)	(14)	(2.351)	(150)	(162)	(2)	(314)
Outras Despesas Oper. De Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	22.b	(81.230)	(26.988)	(2.542)	(110.760)	(88.434)	(27.519)	(3.349)	(119.302)
Resultado bruto		150.767	148.736	18.289	317.792	133.418	111.346	15.876	260.640
Despesas de comercialização		(6.217)	(7.560)	(87)	(13.864)	(5.071)	(5.625)	(70)	(10.766)
Despesas administrativas	20	(147.764)	(135.965)	(4.858)	(288.587)	(124.657)	(120.029)	(2.954)	(247.640)
·		` '		` '					
Resultado Financeiro Líquido	23	2.019	2.531	88.797	93.347	7.795	8.536	52.895	69.226
Receitas financeiras Despesas financeiras	23 23	10.608 (8.589)	12.550 (10.019)	105.812 (17.015)	128.970 (35.623)	17.507 (9.712)	19.032 (10.496)	61.722 (8.827)	98.261 (29.035)
·	20	` '	` '	` '	` '	, ,	, ,	` ,	, ,
Resultado Patrimonial		5	6	8.474	8.485	41	45	7.292	7.378
Receitas Patrimoniais		6	8	8.504	8.518	76	81	7.318	7.475
Despesas Patrimoniais		(1)	(2)	(30)	(33)	(35)	(36)	(26)	(97)
Resultado antes dos impostos e participações		(1.190)	7.748	110.615	117.173	11.526	(5.727)	73.040	78.839
Imposto de renda	25	-	(4.686)	(25.216)	(29.902)	-	47.697	4.606	52.303
Contribuição social sobre o lucro	25	-	(1.778)	(9.567)	(11.345)	-	18.196	1.362	19.558
Impostos diferidos	25	<del>-</del> .	382	2.056	2.438			(5.984)	(5.984)
Participações nas sobras		(827)	(958)	(10)	(1.795)	(759)	(817)	(10)	(1.586)
Resultado Líquido		(2.017)	708	77.878	76.569	10.767	59.349	73.014	143.130

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		31 de deze	mbro de 2023		31 de dezembro de 2022			
	Atos Coo	perativos			Atos Coo	perativos		_
	Principais	Auxiliares	Atos não cooperativos	Total	Principais	Auxiliares	Atos não cooperativos	Total
Resultado Líquido Outros Resultados	(2.017)	708	77.878	76.569	10.768	59.349	73.013	143.130
Abrangentes		-		-	-	-	-	-
Resultado Abrangente do								
Exercício	(2.017)	708	77.878	76.569	10.768	59.349	73.013	143.130

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		Capital social Reserva de lucros / Sobras/ Retenção de Superávits												
	Nota	Subscrito	a integralizar	Total	Fundo de Reserva	FATES	Reserva AGE Finsocial e COFINS	Fundo de Reserva Expansão do CQA	Inflacionárias	Reserva AGO - Riscos fiscais	Outras reservas	Total das reservas estatutárias e de sobras	Sobras a disposição da AGO	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		370.634	(15.373)	355.261	70.771	70.774	3.856	-	1.885	20.405	12.282	179.973	26.958	562.192
Aumento de Capital por Integralização	17.a	2.821	5.136	7.957	_	_	-	-	-	_	-	-	-	7.957
incorporação de capital conforme deliberação na AGO	17.a	15.000	-	15.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.000
Distribuição de sobras deliberação na AGÓ	17.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.958)	(26.958)
Devolução de Capital	17.a	(2.024)	-	(2.024)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.024)
Lucro/Superávit do Exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	143.130	143.130
Destinação do resultado do exercício:						(4.4.000)		-				(4.4.000)		
Utilização do RATES conforme Regulamentação	17.b2	-	-	-	-	(14.336)	-	-	-	(5.400)	(000)	(14.336)	14.336	-
Utilização de outras reservas	17.c	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.463)	(280)	(5.743)	5.743	-
Constituição de Reservas Estatutárias	17.d		-		2.826	136.357	-	-	-			139.183	(139.183)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022		386.431	(10.237)	376.194	73.597	192.795	3.856	-	1.885	14.942	12.002	299.077	24.026	699.297
Aumento de Capital por Integralização	17.a	11.040	(3.879)	7.161	_	_	_	-	_	-	_	-	-	7.161
Distribuição de sobras deliberação na AGO	17.d	-			-	-	-	24.026	-	-	-	24.026	(24.026)	
Devolução de Capital	17.a	(2.843)	-	(2.843)	62	-	-	-	-	-	-	62	` -	(2.781)
Juros Capital Social	17.a	13.445	-	13.445	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.445
Lucro/Superávit do Exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	76.569	76.569
Destinação do resultado do exercício:														
Utilização do RATES conforme Regulamentação	17.b2	-	-	-	-	(31.985)	-	-	-	-	-	(31.985)	31.985	-
Transferência entre reservas	17.c	-	-	-	-	-	-	13.978	-	(13.978)	-	-	-	
Constituição de Reservas Estatutárias	17.d		-	-	2.930	77.871	-	-	-	3.135	(281)	83.655	(83.655)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023		408.073	(14.116)	393.957	76.589	238.681	3.856	38.004	1.885	4.099	11.721	374.834	24.899	793.691

Demonstração dos fluxos de caixa - método direto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais (+) Recebimento de Planos Saúde (+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras (+) Resgate de Aplicações Financeiras (-) Aplicações Financeiras (-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde (-) Pagamento de Comissões (-) Pagamento de Pessoal (-) Pagamento de Pró-Labore (-) Pagamento de Serviços Terceiros (-) Pagamento de Tributos (-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias) (-) Pagamento de Aluguel (-) Pagamento de Promoção/Publicidade (-) Outros Pagamentos Operacionais	3.916.135 	3.486.278 23.278 141.309 (166.250) (2.595.038) (543) (144.776) (6.610) (45.260) (417.323) (68.568) (3.873) (18.835) (125.547)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(9.761)	58.242
Fluxos de caixa das atividades de investimento (-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado/ Intangível - Outros (-) Variação Atividades de Investimento	(16.856) (248)	(20.985) (374)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(17.104)	(21.359)
<ul> <li>(+) Integralização de Capital em Dinheiro</li> <li>(-) Devolução de Capital</li> <li>(-) Distribuição das sobras/ Incorporação Capital</li> <li>(-) Pagamento de Empréstimos/Financiamentos/Leasing</li> </ul>	7.161 (2.781) (7.033)	7.957 (2.024) (11.958) (6.792)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	2.653	(12.817)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa (disponível)	(29.518)	24.066
Caixa e equivalentes de caixa (disponível), no início do exercício	55.353	31.287
Caixa e equivalentes de caixa (disponível), no final do exercício	25.835	55.353

Nota: a reconciliação dos fluxos de caixa das atividades operacionais pelo método indireto versus método direto está demonstrada na nota 29.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

(A) Geração da riqueza	2023	2022
Ingressos e receitas	3.297.101	2.762.017
Contraprestações emitidas líquidas	3.197.079	2.648.348
Outros ingressos e receitas operacionais	102.373	113.983
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão/Constituição	(2.351)	(314)
Variação das provisões técnicas	(344)	231
Provisão de remissão	(344)	231
Receita líquida operacional	3.296.757	2.762.248
Eventos, dispêndios e despesas operacionais	1.608.385	1.297.542
Eventos indenizáveis líquidos	1,496,492	1,209,321
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados	6.646	17.828
Outros dispêndios / Despesas operacionais	105.247	70.393
Insumos adquiridos de terceiros	135.497	98.328
Despesas de comercialização	13.864	10.766
Despesas com serviços de terceiros	34.176	17.775
Materiais, energia e outras despesas administrativas	87.668	70.085
Perda / Recuperação de valores ativos	(211)	(298)
Valor adicionado bruto	1.552.875	1.366.378
Depreciação, Amortização	13.614	15.978
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.539.261	1.350.400
Valor adicionado recebido/cedido em transferência	137.488	105.735
Receitas financeiras	128.970	98.261
Outras	8.518	7.474
(I) Valor adicionado total a distribuir	1.676.749	1.456.135
(B) Distribuição da riqueza		
Remuneração do trabalho	1.408.790	1.247.323
Cooperados	1.280.605	1.128.378
Produção (consultas e honorários)	1.172.703	1.039.134
Benefícios	107.902	89.244
Diretores, Conselheiros e Empregados	128.185	118.945
Salários, 13º, Férias etc.	101.423	100.480
Benefícios	18.054	
F.G.T.S	8.708	10.087 8.378
Remuneração do governo - Impostos/Taxas/Contribuições	154.926	35.940
Federais	132.226	11.882
Previdência Social	24.140	23.407
Estaduais	26	22
Municipais	(1.466)	629
Remuneração de capitais de terceiros	21.235	29.742
Aluguéis	808	609
Despesas Financeiras	20.394	29.035
Despesas patrimoniais	33	98
Remuneração de capitais próprios	91.798	143.130
Juros sobre capital próprio Sobras / Perdas líquidas	15.229 76.569	- 143.130
(II) Total distribuído	1.676.749	1.456.135
• •		

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações gerais

Fundada em 17 de dezembro de 1970, e com sede no município de Campinas, Estado de São Paulo, a Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico ("Cooperativa" ou "UNIMED Campinas") é uma operadora de plano de assistência à saúde e tem por objetivo institucional a congregação dos integrantes da profissão médica, para sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades e o aprimoramento dos serviços de assistência médica e hospitalar.

A Cooperativa é constituída por médicos associados ("Cooperados") que atuam na Região Metropolitana de Campinas - RMC, compreendendo os municípios de Campinas, Artur Nogueira, Cosmópolis, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Jaguariúna, Monte Mor, Paulínia, Santo Antônio da Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. Em 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa era constituída por 3.536 cooperados (2022 - 3.486).

## 2. Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

A UNIMED Campinas está registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 33.569-0.

#### 3. Base de preparação

#### a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades regulamentada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS"), Lei das Cooperativas (Lei nº 5.764/71), pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS e, evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS por meio da Resolução Normativa nº 528 de 29 de abril de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Base de preparação--Continuação

## a) <u>Declaração de conformidade</u>--Continuação

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Conselho de Administração da Cooperativa em 21 de fevereiro de 2024.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) está sendo apresentada de forma voluntária pela Cooperativa como informação suplementar, de acordo com as normas da ANS e sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras, sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

#### b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras, foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

## c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Cooperativa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Cooperativa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa.

#### d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

#### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Cooperativa requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis materiais da Cooperativa, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

# i) <u>Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Grupo como arrendatário)</u>

A Cooperativa determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Base de preparação--Continuação

d) <u>Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas</u>--Continuação

Julgamentos--Continuação

i) <u>Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção</u> de renovação ou rescisão (Grupo como arrendatário)--Continuação

A Cooperativa possui determinados contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Cooperativa aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão.

Após a mensuração inicial, a Cooperativa reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Os períodos de renovação de arrendamentos de edifícios e instalações com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos.

#### Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, normas da ANS, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Cooperativa revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Base de preparação--Continuação

d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

## i) <u>Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC - Nota 7</u>

De acordo com a Resolução Normativa nº 528/22 da ANS, para os planos individuais com preço preestabelecido, havendo pelo menos uma parcela vencida há mais de 60 dias, é constituída provisão para perdas sobre a totalidade do contrato.

Para os demais planos, havendo pelo menos uma parcela vencida há mais de 90 dias, também é constituída provisão para perdas para a totalidade do contrato.

Ainda, conforme mencionado na Nota 4.18, a partir de 01 de janeiro de 2023, a Cooperativa adotou os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, conforme determinado pela ANS.

## ii) Provisões técnicas - Nota 12

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir a liquidez financeira e operacional da operadora de planos de assistência à saúde. Detalhes sobre as provisões técnicas estão descritos na Nota 4.9.

#### iii) Provisões para contingências - Nota 16

A Cooperativa reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais com o prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### iv) Vida útil e valor residual dos bens do ativo imobilizado - Nota 4.4

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de consultores especializados e são revisados regularmente. A vida útil e os valores residuais estão corretamente avaliados e apresentados nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Base de preparação--Continuação

d) <u>Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas</u>--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

## v) Tributos - Nota 4.13

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

A Cooperativa constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das Autoridades Fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela Autoridade Fiscal responsável.

Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Cooperativa.

O Ativo fiscal diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e/ou diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos créditos fiscais.

#### vi) Arrendamentos - estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Cooperativa não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Cooperativa teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (por exemplo, inexistência de operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Cooperativa estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Cooperativa (seu rating de crédito, dentre outros).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### 4.1. Caixa e equivalentes de caixa - disponível

O caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de curto prazo (menor que 90 dias), os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. A classificação segue ainda orientações técnicas da ANS (Resolução Normativa RN 528).

#### 4.2. Instrumentos financeiros

Para 1º de janeiro de 2023, a ANS através da Resolução RN 472 determinou pela aplicação CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS 9), para aplicação em exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual).

A Cooperativa realizou uma avaliação de impacto detalhado na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

## Mensuração

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Políticas contábeis materiais

#### 4.2. Instrumentos financeiros -- continuação

- Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro;
- Menos as amortizações de principal; e
- Mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente.

#### Reconhecimento

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Cooperativa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas" ou "Custos" respectivamente, no período em que ocorrem.

#### Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Cooperativa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Os ativos financeiros da Cooperativa estão divulgados na Nota 25.2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Políticas contábeis materiais

#### 4.2. Instrumentos financeiros -- continuação

Desreconhecimento--continuação

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Cooperativa estão divulgados na Nota 25.2.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

A Cooperativa não possui transações de *Hedge Accounting* em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 4. Políticas contábeis materiais

#### 4.2. Instrumentos financeiros -- continuação

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A Cooperativa reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As perdas de crédito esperadas é a estimativa ponderada pela probabilidade da perda de crédito. A Cooperativa mensura as provisões para perdas com Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde em montantes equivalentes as perdas de crédito esperadas para a vida inteira que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Para os Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde e ativos de contrato, a Cooperativa aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Cooperativa não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Cooperativa estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Cooperativa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Cooperativa para a recuperação dos valores devidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 4. Políticas contábeis materiais

#### 4.3 Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para "impairment", e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

#### 4.4 Débitos de Operações de Assistência à Saúde

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

## 4.5. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio, compostos substancialmente por materiais hospitalares, medicamentos e almoxarifado e inclui gastos incorridos na aquisição. O saldo correspondente aos estoques está apresentado na rubrica Bens e títulos a receber (Nota 9).

#### 4.6. Imobilizado e intangível

#### a. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.6. Imobilizado e intangível--Continuação

#### a. Imobilizado--continuação

A depreciação de ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Edifícios	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)

<sup>(\*)</sup> Depreciação pelo prazo do contrato, em média 8 anos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em resultado patrimonial no resultado.

#### b. Intangível

As licenças de software adquiridas são contabilizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo período da validade da licença, que varia de um a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis aos projetos são reconhecidos como ativos intangíveis. Outros gastos de desenvolvimento que não sejam diretamente atribuíveis aos projetos são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.7. Impairment de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Cooperativa são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado e quando o valor em uso do ativo ou o seu valor de mercado é menor que o valor contábil é registrada a perda por impairment entre essa diferença.

#### 4.8. Benefícios a empregados e cooperados

Obrigações de benefícios a empregados da Cooperativa refere-se à participação nos resultados.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado sendo a obrigação estimada de maneira confiável. A Cooperativa oferece como programa aos cooperados

O BEM+ que valoriza o trabalho médico com base na qualidade da assistência prestada aos pacientes, garantindo maior transparência e visibilidade às informações assistenciais econômico-financeiras, incentivando ainda mais a participação dos médicos cooperados na gestão da cooperativa

Unimed Campinas dispõe de uma ampla carta de benefícios concedidos aos Cooperados com regulamento próprio e aprovado previamente pelo Conselho de Administração, sendo todos remunerados:

Licença Remunerada: benefício que permite ao Cooperado se afastar das atividades médicas por um período de 20 dias corridos e ininterruptos, podendo ser os 20 primeiros dias do mês ou os 20 últimos.

PAIT – Plano de Assistência por Incapacidade Temporária: benefício que permite o afastamento das atividades por até 90 dias em decorrência de impedimento temporário do exercício da profissão por questão de ordem médica.

PAMA – Plano de Auxílio Maternidade e Adoção: benefício que permite o afastamento das atividades por até 90 dias, em decorrência de nascimento ou adoção.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

#### Provisões técnicas

São montantes estabelecidos pela ANS para garantir a liquidez financeira das obrigações futuras e operacional da operadora de planos de assistência à saúde, conforme disposto na RN 393, de 09 de dezembro de 2015, com alterações na RN 442 de 20 de dezembro de 2018 e pela RN 476 de 29 de dezembro de 2021 e atualizada pela RN 574 de 28 de fevereiro de 2023. Abaixo um breve descritivo sobre a política contábil para as provisões técnicas:

#### i) Provisões para eventos / sinistros a liquidar (SUS - GRU)

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

#### ii) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Essas provisões referem-se a estimativas atuariais para fazer frente ao pagamento dos eventos ocorridos e que não tenham sido registrados contabilmente e para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações. O cálculo dessas provisões deve ser apurado conforme metodologia definida por atuário legalmente habilitado, em Nota Técnica Atuarial de Provisão (NTAP) devidamente aprovada pela DIOPE/ANS.

Conforme disposto na Resolução Normativa nº 393/15, a Cooperativa deve constituir mensalmente PEONA, estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.9. Provisões -- Continuação

Provisões técnicas -- continuação

## iii) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados no SUS (PEONA SUS)

Conforme estabelecido na RN N° 442/2018 e 476/2021 a Operadora pode realizar o cálculo da Peona SUS através de metodologia própria ou utilizando o critério estabelecido pela ANS.

A Cooperativa utiliza os critérios estabelecidos pela ANS, conforme determina essas RNs, com o fator máximo a ser utilizado de 80%.

#### iv) Provisão para remissão

A Resolução Normativa nº 393/15 e suas alterações, determina a constituição da Provisão de benefícios de remissão concedido para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações referentes à cobertura de assistência à saúde, quando existentes. Entende-se por remissão o fato dos beneficiários ficarem isentos do pagamento das contraprestações, por um prazo predeterminado, em função da ocorrência do evento gerador conforme definido em contrato.

#### v) Provisão para Prêmios/Contraprestações Não Ganhas - PPCNG

A provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG), regulamentada pela RN 393/2015 da ANS e suas alterações, compreende a apropriação das contraprestações e dos prêmios em preço preestabelecido pelo valor correspondente ao rateio diário "pro rata dia" do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. A Cooperativa não emite uma única fatura com mais de uma competência, assim, o cálculo "pro rata temporis" dar-se-á apenas na primeira emissão de cobrança, após isso o faturamento é por única competência.

#### vi) Ressarcimento ao SUS

O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.9. Provisões -- Continuação

Provisões técnicas -- continuação

## vii) Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio - PIC

A Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio - PIC: tem como objetivo a cobertura de eventual insuficiência das contraprestações para custear as despesas assistenciais, administrativas e de comercialização, conforme Resolução Normativa da ANS RN 442/2018 com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021.

Anualmente a Cooperativa realiza o teste de aderência em conformidade com a metodologia regulatória, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não existe valor a ser constituído.

## viii) Teste de Adequação de Passivos (TAP)

A Resolução Normativa (RN) n° 528/2022 alterou o plano de contas padrão da ANS para as operadoras de planos de assistência à saúde, revogando a RN anterior, de n° 290, de 27 de fevereiro de 2012, destacando que, a partir das demonstrações financeiras do exercício de 2020, as operadoras de grande porte deverão realizar o TAP - Teste de Adequação de Passivos. Por definição, o TAP consiste em estimar o valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros que decorram do cumprimento dos contratos de planos de saúde com preço pré-estabelecido, com o objetivo de avaliar se as provisões técnicas constituídas pela operadora estão adequadas para o cumprimento dos compromissos futuros em uma determinada data-base. O teste foi realizado considerando os seguintes parâmetros, como determinado pela referida resolução:

- Os contratos foram segregados entre as modalidades: (i) individual, (ii) coletiva empresarial e (iii) coletiva por adesão;
- As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram apuradas considerando o horizonte de 1 (um) ano para contratos coletivos e 8 anos para contratos individuais;
- As principais premissas utilizadas no cálculo foram desenvolvidas por: tipo de contratação, faixa-etária (RN 63) e sexo;
- Para o cálculo das estimativas de sobrevivência e de morte foram utilizadas as tábuas BR-EMS segregadas por sexo vigentes no momento da realização do TAP; e
- As premissas utilizadas para projeções de receitas e despesas foram baseadas na experiência observada considerando a média dos últimos três anos, observando ainda a estimativa de inflação médica (VCMH) e reajuste de contraprestações, despesas operacionais e tributárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.9. Provisões -- Continuação

Provisões técnicas -- continuação

## viii) Teste de Adequação de Passivos (TAP) --continuação

As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA. O resultado do Teste de Adequação de Passivo, realizado na data-base de 31 de dezembro de 2023 e 2022, considerando as premissas e critérios citados acima, não indicou nenhuma insuficiência consolidada da soma das modalidades.

#### ix) Outras provisões técnicas

Quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisões necessárias à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que consubstanciadas em Nota Técnica Atuarial de Provisões - NTAP e aprovadas pela Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras ("DIOPE"), sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

## 4.10. Cotas de cooperados

A Cooperativa detém o direito incondicional de recusar resgate de cotas pelos cooperados e, dessa forma, as cotas de cooperados são classificadas como patrimônio líquido.

#### 4.11. Receita líquida operacional

A receita de venda de planos é reconhecida no resultado do exercício durante o período de cobertura do plano de saúde, apurados de forma individual para cada contrato, conforme cláusulas contratuais, e na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A receita proveniente de uma transação acordada entre a Cooperativa e o comprador ou usuário do ativo, é mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidas pela Cooperativa ao comprador. Portanto, quando a Cooperativa presta o serviço à operadora de origem do beneficiário, reconhece a despesa e recuperação de eventos e sinistros a liquidar no mesmo grupo de contas, resultando no reconhecimento no grupo de receitas apenas a taxa de administração cobrada em tais operações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.11. Receita líquida operacional--continuação

i) Receitas e despesas de operações de responsabilidade de outras Unimeds (Intercâmbio)

A RN 517, de 29 de abril de 2022 normatiza as operações de compartilhamento de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde. O compartilhamento de risco ocorre quando um beneficiário de uma operadora com a qual mantém vínculo contratual é atendido por outra operadora, e por um acordo ou contratação entre as operadoras, o atendimento pode ser feito de forma continuada.

Os efeitos de ganhos ou perdas nessas transações, decorrentes de taxas de administração, mais ou menos valia são reconhecidos na demonstração do resultado, nas rubricas de receitas com operações de assistência médico-hospitalar ou outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora.

Também as contas a receber de intercâmbio habitual e eventual foram segregadas e apresentadas em rubricas distintas (Nota 7 (a) e (b)).

## 4.12. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre recursos e fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda) e ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda.

As despesas financeiras abrangem, quando aplicáveis, despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

Também fazem parte do grupo de receitas e despesas financeiras as atualizações monetárias ativas e passivas sobre os depósitos judiciais e provisões para contingências.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.13. Tributação

#### i) <u>Impostos sobre contraprestações</u>

O PIS e a COFINS são calculados pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, com base no critério cumulativo, para os atos cooperativos (principais e auxiliares) e não cooperativos. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é calculado à alíquota de 5% sobre o faturamento. Nos termos da legislação, a Cooperativa está autorizada a deduzir da base de cálculo do ISSQN o valor recebido de terceiros e repassado a seus cooperados e a credenciados.

#### ii) <u>Imposto de renda e contribuição social - correntes</u>

Passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor esperado a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data das demonstrações financeiras da Cooperativa, estando atento às leis específicas aplicáveis às cooperativas. As provisões para o imposto de renda e contribuição social imputadas ao resultado são calculadas conforme a Lei nº 5.764/71, sendo ainda observada a Lei nº 12.973/14, Lei nº 9.532/97 e o Decreto 9.580/18. Desta forma, a base de cálculo destes tributos é o resultado positivo dos atos cooperativos auxiliares e não cooperados do exercício e ajustes realizados no LALUR - Livro de Apuração do Lucro Real. O imposto de renda é computado sobre a sobra tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as sobras que excederem R\$240 no período de 12 meses. A contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre a sobra tributável. O reconhecimento destes tributos obedece ao regime de competência.

As antecipações do imposto de renda e contribuição social, recolhidas mensalmente por estimativa, são contabilizadas diretamente no resultado mensal como provisões. Os créditos apurados após o fechamento do exercício são reclassificados para o ativo circulante em dezembro de cada ano, para compensação com tributos futuros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.13. Tributação--Continuação

## ii) <u>Imposto de renda e contribuição social - correntes</u>--Continuação

Na determinação do imposto de renda a Cooperativa leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Cooperativa acredita que a provisão para imposto de renda está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto para fins de fiscalização, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros, imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Cooperativa a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

#### iii) Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, relacionados aos atos cooperativos auxiliares e atos não cooperativos. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.14. Atos cooperativos e não cooperativos

Os atos cooperativos principais correspondem aos serviços praticados entre as cooperativas e seus associados e pelas cooperativas entre si, quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais (Lei nº 5.764, art.79). Os atos cooperativos auxiliares são os praticados por terceiros não cooperados, a fim de auxiliar o trabalho médico e a atividade da Cooperativa.

Os Atos Não Cooperativos são aqueles que não têm relação com os médicos cooperados, alheios ao propósito principal da Cooperativa médica.

Conforme permite a legislação tributária seguindo o prazo prescricional, em 2022, a Cooperativa retificou suas obrigações acessórias, referente aos anos calendário de 2017 a 2020, revisando suas apurações do Imposto de renda e contribuição social com a interpretação da classificação entre os atos cooperativos principais, auxiliares e não cooperativos, originando um crédito tributário que foi devidamente compensado com suas obrigações a pagar.

A Cooperativa vem constantemente buscando um gerenciamento fiscal eficiente, assegurando sua regularidade perante a Receita Federal e órgãos reguladores.

#### 4.15. Arrendamentos

No início de um contrato, a Cooperativa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Cooperativa utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2022.

#### Cooperativa como arrendatário

A Cooperativa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Cooperativa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.15. Arrendamentos -- Continuação

#### Ativos de direito de uso

A Cooperativa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

• Edifícios e instalações: 1 a 11 anos;

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Cooperativa ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 4.6.

#### Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Cooperativa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Cooperativa e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Cooperativa exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

# 4.15. Arrendamentos -- Continuação

#### Passivos de arrendamento--Continuação

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Cooperativa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

#### Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Cooperativa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento

#### 4.16. Investimentos

Os investimentos da Cooperativa são mensurados pelo método de custo, sendo adicionados a distribuição das sobras das Cooperativas e Entidades investidas, e são classificados em operadoras de planos de saúde ou outras entidades do segmento.

Considerando que não é possível mensurar o valor justo dos investimentos em Entidades do sistema Unimed, e que os investimentos em outras Empresas e/ou Federações não representam influência significativa e, portanto, não se classificam como controladas e/ou coligadas, seus saldos contábeis são mensurados pelo método de custo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 4.17. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada pelo método direto, e se encontra apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações de fluxo de caixa e regras da ANS - Resolução Normativa nº 528 de 29 de abril de 2022.

Conforme requerido na referida norma contábil a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, está sendo apresentada, na nota explicativa nº 28.

#### 4.18. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A ANS através da Resolução RN 528 determinou pela aplicação CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS 9), para aplicação em exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. A Cooperativa adotou o CPC 48, usando o método retrospectivo, ou seja, com adoção inicial da norma em 1º. de janeiro de 2023, sem reapresentação dos períodos anteriores. Consequentemente, as informações apresentadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2022 não estão em conformidade com os requerimentos do CPC 48, mas foram apresentadas conforme reportadas anteriormente em conformidade com o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e interpretações relacionadas.

<u>CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade</u> - IFRS 9 - Aplicação para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023

Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 trouxe foram: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiro

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") e Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício ("VJR").

A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixas contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4. Políticas contábeis materiais—Continuação

#### 4.18. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações--continuação

<u>CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 9 - Aplicação para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023-continuação</u>

O CPC 48 retém grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A adoção do CPC 48 não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Cooperativa relacionadas a passivos financeiros. Para uma explicação de como a Cooperativa classifica e mensura os instrumentos financeiros relacionadas com o CPC 48 estão apresentados na nota explicativa nº 4.2.

A tabela a seguir sumaria as categorias de mensuração original no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Cooperativa em 1º. de janeiro de 2023. O efeito da adoção do CPC 48 sobre os valores contábeis dos ativos em 1º. de janeiro de 2023 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

(em milhares de Reais)	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo como CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
Ativos financeiros				
5: ( )			== 0=0	== 0=0
Disponível	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	55.353	55.353
Aplicações Financeiras (nota 6) Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	Empréstimos e recebíveis Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado Custo Amortizado	616.951 179.619	616.951 179.619
Créditos de Oper Assis. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	34.035	34.035
Bens e Títulos a Receber	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	53.109	53.109
Conta Corrente com Cooperados	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	5.352	5.352
Total ativos financeiros			944.419	944.419
Passivos financeiros				
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	Outros passivos financeiros	Custo Amortizado	33.682	33.682
Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	Outros passivos financeiros	Custo Amortizado	11.952	11.952
Empréstimos a coligadas	Outros passivos financeiros	Custo Amortizado	35	35
Débitos Diversos	Outros passivos financeiros	Custo Amortizado	106.336	106.336
Conta Corrente de Cooperados	Outros passivos	Custo Amortizado	27.380	27.380
	financeiros			

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4. Políticas contábeis materiais—Continuação

#### 4.18. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações--continuação

<u>CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 9 - Aplicação para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023-continuação</u>

Impairment de ativos financeiros

A Cooperativa aplicou a abordagem simplificada do CPC 48 conforme explicado na nota 4.2 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas e após análise não foram identificadas alterações significativas, já para as regras de contabilidade relacionada a hedge a Cooperativa avaliou que não haverá impacto já que a empresa não possui tal modalidade de operação.

A Cooperativa calculou os efeitos da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 para 1º. de janeiro de 2023, e com isso identificou um aumento nas perdas por redução ao valor recuperável para 1º. de janeiro de 2023, no montante de R\$ 135.

Resolução normativa ANS Nº 569 - Critérios para definição do capital regulatório das operadoras de planos de assistência à saúde

A resolução normativa ANS Nº 569 dispõe sobre os critérios para definição do capital regulatório das operadoras de planos de assistência à saúde, altera a Resolução Normativa ANS nº 515, de 29 de abril de 2022 e revoga a Resolução Normativa ANS nº 526 de 29 de abril de 2022, e a Resolução Normativa ANS nº 514 de 29 de abril de 2022, e foi implementada pela cooperativa a partir de 01 janeiro de 2023.

A Regra de capital define o montante variável a ser observado pela Cooperativa em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional. A nova metodologia esta demonstrada na Nota 25.1.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4. Políticas contábeis materiais—Continuação

# 4.19. Alterações e interpretações de pronunciamentos contábeis emitidos, mas ainda não aplicados pelas Agência Nacional de Saúde--Continuação

- CPC 11 Contratos de Seguro
- CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola
- CPC 34 Exploração e Avaliação de Recursos Minerais
- CPC 35 Demonstrações Separadas
- CPC 44 Demonstrações Combinadas
- CPC 49 Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria
- CPC 50 Contratos de Seguro
- CPC PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Adicionalmente, a ANS também não se manifestou sobre a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a qual entrou em vigor a partir de 1° de janeiro de 2019. Portanto, a Cooperativa não adotou tal norma. Caso essa norma venha a ser aprovada pela ANS e adotadas pela Cooperativa, poderão produzir também algum impacto nas demonstrações financeiras.

Em conformidade com o Ofício-Circular nº 1/2017/GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as operadoras de planos de saúde devem continuar aplicando as normas vigentes, até que a ANS se manifeste sobre a aplicação dos referidos CPCs. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Cooperativa.

# 5. Caixa e Equivalentes de Caixa - Disponível

	2023	2022
Bancos conta movimento	25.812	55.309
Depósito bancário curto prazo (i)	19	27
Caixas	4	17
	25.835	55.353

<sup>(</sup>i) Refere- se a aplicação financeira automática, remunerada a 115% do CDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 6. Aplicações financeiras

	2023	2022
Investimentos circulantes		
Cotas de Fundo de Investimentos (d)	243.628	79.112
Letras financeiras- títulos públicos e privados (a)	85.511	-
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (b)	70.861	61.812
Nota do Tesouro Nacional Tipo B (NTN-B) (f)	29.526	-
Recibo de Depósito Cooperativista (RDC) (b)	-	89.390
Letras do Tesouro Nacional (LTN) (c)	-	10.516
· / · / ·	429.526	240.830
Investimentos não circulantes		
Cotas de Fundo de Investimentos (d)	168.856	107.094
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (b)	97.874	53.776
Letras financeiras- títulos públicos e privados (a)	49.525	27.993
Recibo de Depósito Cooperativista (RDC) (b)	44.817	54.457
Nota do Tesouro Nacional tipo B (NTN-B) (f)	21.637	-
Fundo Imobiliário - cotas patrimoniais (e)	1.105	1.007
Letras do Tesouro Nacional (LTN) (c)	-	131.794
` ',`'	383.814	376.121
Total	813.340	616.951

- (a) Letras Financeiras (Letras Financeiras LFT): classificados como ativos financeiros, possuem rendimentos atrelados à variação da taxa de juros Selic.
- (b) RDC e CDB classificados como ativos financeiros, são títulos de renda fixa privados segregados em pós-fixados e pré-fixados. Pós-fixado - rendimentos de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), Pré-fixado: CDB-Pré 6,06% a.a., CDB-IPCA 1,74% a.a, mais variação do IPCA (Índice de Preço ao Consumidor).
- (c) Letras do Tesouro Nacional (LTN): em 2023 foi resgatado todas as aplicações da modalidade, suas taxas são prefixadas entre 5% e 8%, onde o valor da rentabilidade é definido no ato da compra, sabendo quanto será recebido no dia do vencimento.
- (d) Cotas de Fundo de Investimentos Fundos de Investimento de Renda Fixa que possuem rendimentos superiores ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI. A Cooperativa possui em sua carteira de fundos de investimentos dedicados a Saúde Suplementar.
- (e) Fundo Imobiliário cotas patrimoniais cotas do fundo de investimento Imobiliário da Unimed Salto-Itu, o objetivo do Fundo é proporcionar aos Cotistas a valorização e a rentabilidade de suas Cotas no longo prazo, por meio da realização do projeto e da construção de um empreendimento imobiliário com destinação hospitalar e sede administrativa no Imóvel-Alvo ("Empreendimento") e locação atípica do Imóvel-Alvo ao locatário na modalidade Built to Suit nos termos do Contrato de Locação, conforme detalhado em seu regulamento.
- (f) Nota do Tesouro Nacional Tipo B (NTN-B) em 2023 a Cooperativa adquiriu Notas do Tesouro Nacional Série B, um investimento da modalidade de renda fixa e seu rendimento está atrelado à variação do índice de Preço ao Consumidor IPCA, acrescido de uma taxa de juros pré-determinada entre 5,20% e 6,37% no momento da compra.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 6. Aplicações financeiras--Continuação

A Cooperativa mantém a constituição, vinculação e custódia de ativos garantidores das provisões técnicas de acordo com a RN 392/2015 da ANS atualizada pelas RN 419/2016, RN 519/2022, RN 521/2022 e RN 573/2023.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de ativos garantidores vinculados à ANS está garantindo os seguintes passivos: Provisão de Eventos a Liquidar avisados há mais de 30 dias para a operadora, Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados e Provisão de Remissão, as aplicações são assim representadas:

	2023	2022
Circulante		
Aplicações Livres	429.526	225.995
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	-	14.835
	429.526	240.830
Não Circulante		
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	321.349	318.172
Aplicações Livres	62.465	57.949
	383.814	376.121
	813.340	616.951

A exposição da Cooperativa a riscos de crédito, taxa de juros e metodologia de mensuração do valor justo está divulgada na Nota 25.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

# a) Contraprestação Pecuniária a Receber

	2023	2022
Ativo circulante		
Contraprestações pecuniárias a receber:		
Planos de custo operacional a faturar	40.278	28.613
Planos de pré e pós pagamento - Pessoa Jurídica	36.228	33.940
Planos de custo operacional	18.131	15.990
Planos de pré-pagamento - Pessoa Física	17.913	15.359
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(1.214)	(824)
	111.336	93.078
Participação em Beneficiários em eventos/Sinistros	26.376	23.892
Operadoras de planos de assistência à saúde		
Intercâmbios a faturar (i)	49.675	35.727
Intercâmbios a receber (i)	30.412	36.490
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(9.645)	(9.622)
	70.442	62.595
Outros Créditos com assistência à saúde	77	54
		0.
	208.231	179.619

<sup>(</sup>i) Rubricas de Intercâmbio conforme descrito na Nota 4.11 (i).

#### b) <u>Créditos de operadoras não relacionados com planos de assistência à saúde</u>

2023	2022
<u> </u>	
38.634	46.980
(12.963)	(12.945)
25.671	34.035
	(12.963)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde--Continuação

b) <u>Créditos de operadoras não relacionados com planos de assistência à saúde</u>--Continuação

Entende-se por intercâmbio eventual, os reembolsos a receber sobre os atendimentos aos usuários de outras operadoras do sistema Unimed. Existe uma tabela de cobrança definida no manual de intercâmbio da Unimed Brasil para os principais procedimentos médicos/hospitalares, sendo que, os procedimentos não inclusos nessa tabela são cobrados ao custo que a Cooperativa repassa a sua rede credenciada/cooperada acrescido de taxa administrativa.

Quando os atendimentos são realizados em unidades próprias da Cooperativa, o Contas a receber de intercâmbio eventual (ativo) é reconhecido em contrapartida de receita na demonstração do resultado na conta de Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde a faturar. Os custos incorridos nesses atendimentos são reconhecidos no resultado do exercício na conta de Eventos indenizáveis, líquidos - eventos /sinistros conhecidos ou avisados.

Quando os atendimentos são realizados com recursos de terceiros, o registro do intercâmbio eventual a receber é realizado via conta passiva de Prestadores de serviços de assistência à saúde - Não relacionados com planos de saúde da operadora, transitando somente pelo resultado do exercício a taxa de administração cobrada por atendimento.

A exposição da Cooperativa a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na Nota 25.

#### Provisão para perda sobre créditos

	2023	2022
PPSC - Intercâmbio eventual	(12.963)	(12.945)
PPSC - Intercâmbios a receber	(9.645)	(9.622)
PPSC - Planos de pré-pagamento - Pessoa física	(1.166)	(796)
PPSC - Planos de pré e pós pagamento - Pessoa jurídica	(48)	(28)
	(23.822)	(23.391)

2022

2022

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 8. Créditos tributários e previdenciários

	2023	2022
Imposto de renda a compensar / restituir (i)	29.381	50.945
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	13.212	10.248
Cofins a compensar	11.680	11.231
PIS a compensar	2.495	2.419
Contribuição social a compensar/restituir (i)	1.290	14.549
Imposto de renda retido na fonte a compensar / restituir	75	91
,	58.133	89.483
Ativo circulante	43.958	75.833
Ativo não circulante	14.175	13.650
	58.133	89.483

<sup>(</sup>i) A Cooperativa durante o exercício de 2022, realizou a revisão da apuração das bases de Imposto de Renda e Contribuição Social dos exercícios de 2017 a 2020. Foram identificados créditos tributários a serem revertidos a favor da Cooperativa, e que justifica os saldos maiores nessas rubricas em 2022. O montante do crédito tributário recuperado referente ao exercício de 2017 a 2020 foi de R\$104.126, sendo R\$86.592 de reversão de imposto recolhido a maior e R\$17.534 atualização a taxa Selic nas Perdcomp's realizadas. A Cooperativa realizou a compensação substancial desses créditos tributário nos exercícios de 2022 e 2023.

#### 9. Bens e títulos a receber

2023	2022
42.968	34.044
18.486	16.485
6.391	6.017
1.587	11.109
69	47
(14.924)	(13.006)
54.577	54.696
11.404	1.587
11.404	1.587
54.577	53.109
11.404	1.587
65.981	54.696
	18.486 6.391 1.587 69 (14.924) 54.577 11.404 54.577 11.404

<sup>(</sup>i) Títulos a receber da Casa de Saúde de Campinas (processo nº 1031268-77.2018.8.26.0114), foi realizado acordo entre as partes, onde a Casa de Saúde se comprometeu a pagar a dívida entre as partes em 30 parcelas mensais e consecutivas, sendo concedido pela Cooperativa carência de seis meses, tendo início os pagamentos da primeira parcela iniciado em janeiro de 2022, sendo que em 31 de dezembro de 2023, não há qualquer parcela vencida desse acordo.

<sup>(</sup>ii) Acréscimo em 2023 relacionado a adiantamentos para compra de medicamentos oncológicos no montante R\$10.302.

<sup>(</sup>iii) Em 2023, o montante de R\$11.404 é composto por dois processos judiciais, já transitados em julgado a favor da Cooperativa, relacionados com: (a) processo 5011007-19.2017.4.03.6100, no valor de R\$ 10.893, ação declaratória ajuizada pela Cooperativa em face da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, com o escopo de obter provimento jurisdicional que reconhecesse a ilegalidade, a inconstitucionalidade e a inexigibilidade da cobrança de Taxa de Saúde Suplementar - TSS, onde foi pleiteado ainda, o ressarcimento dos valores pagos nos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento; e (b) processo 1044177-78.2023.8.26.0114, no valor de R\$ 511.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 10. Investimentos

	% de participação	2023	2022
Unimed Participações Ltda.	1,16%	21.096	17.387
Federação das Unimeds do Estado de São Paulo	11,17%	17.318	17.318
Unicred Nacional Unimed	8,11%	11.998	9.902
Central Nacional Unimed	4,82%	11.183	10.326
Unimed Seguradora S.A.	0,24%	2.591	2.591
Unimed Cooperativa Central de Bens e Serviços	12,37%	886	799
Federação Regional Centro Paulista	7,12%	802	802
Unimed Campinas Participações S.A.(i)	99,9%	-	-
		65.874	59.125
		2023	2022
Em 1º de janeiro		59.125	52.625
Sobras Incorporadas ao Capital		6.501	6.126
Aquisição de participação		248	374
Em 31 de dezembro	_	65.874	59.125

<sup>(</sup>i) O resultado líquido da Unimed Campinas Participações para o exercício de 2023, apresentou-se negativo em R\$30 aumentando o saldo de empréstimos com coligadas para R\$65 sendo demonstrado na rubrica "empréstimos a coligadas" nota 15b. Considerando a imaterialidade dos ativos, passivos e transações dessa controlada, a administração da Cooperativa decidiu não apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 11.lmobilizado e intangível

	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Custo									
Imóveis - Não Hospitalares									
Edifícios	23.487	-	(96)	-	23.391	-	-	-	23.391
Terrenos	118	-	-	-	118	•	•	•	118
	23.605	-	(96)	-	23.509	-	-	-	23.509
Imobilizado - Hospitalares									
Equipamentos de Informática	1.481	174	_	455	2.110	84			2.194
Instalações	265	174	-	410	675	04	-		688
Máquinas e Equipamentos	10.859	300	(23)	420	11.556	1.108	- (4)	13	12.664
Móveis e Utensílios	4.480	161	(3)	379	5.017	207	(4) (8)	4 7	5.223
Veículos	152	-	(3)	3/3	152	7	(0)		159
10.04.00	17.237	635	(26)	1.664	19.510	1.406	(12)	24	20.928
			(==)				<u>, , - , - , - , - , - , - , - , - , - ,</u>		
Imobilizado - Não Hospitalares									
Benfeitorias em Terceiros	43	-	(43)	-	-	-	-	-	-
Equipamentos de Informática	16.853	1.660	(275)	(446)	17.792	3.638	(54)	40	21.416
Instalações	3.509	416	(26)	1.651	5.550	352	(42)	53	5.913
Máquinas e Equipamentos	3.083	22	(51)	(420)	2.634	53	(42)	(39)	2.606
Móveis e Utensílios	4.889	160	(324)	(87)	4.638	94	(73)	6	4.665
Veículos	1.380	-	(549)		831	-		-	831
	29.757	2.258	(1.268)	698	31.445	4.137	(211)	60	35.431
Imobilizações em Curso		40.000		(0.504)	40.000			(2.22.1)	
Imobilizado. em andamento	4.163	16.986	-	(2.521)	18.628	8.675	•	(2.994)	24.309
	4.163	16.986	-	(2.521)	18.628	8.675	-	(2.994)	24.309
Outras Imobilizações									
Benfeitorias em Terceiros	42.802	157	(9)	97	43.047	307		_	43.354
Outros	6	-	-	-	6	840	-	-	846
- CaC	42.808	157	(9)	97	43.053	1.147	-	-	44.200
			(0)						
Total Custo	117.570	20.036	(1.399)	(62)	136.145	15.365	(223)	(2.910)	148.377
								` '	

As imobilizações em curso estão substancialmente relacionadas com benfeitorias hospitalares e custos relativos ao desenvolvimento do software interno (RES) e a aquisição do terreno para a expansão do centro de oncologia, no montante de R\$15.350 em 2022 e em 2023 são custos com o Projeto de Expansão dos Serviços de Oncologia (Construção do novo serviço de oncologia para atendimento das exigências regulatórias e unificação dos serviços CQA, CCO e CIS) com previsão de conclusão para 2025 e o Projeto AMPLIA (Ampliação do nosso serviço próprio para atendimento das terapias de espectro autista), com previsão de conclusão em Fevereiro/2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 11. Imobilizado e intangível--Continuação

	Saldo em 31 de			:	Saldo em 31 de dezembro				Saldo em 31 de
	dezembro de 2021	Adições	Baixas	Transferências	de 2022	Adições	Baixas	Transferências	dezembro de 2023
<u>Depreciação</u>									
Imóveis - Não Hospitalares Edifícios	(12.853)	(624)	80	_	(13.397)	(621)	_	_	(14.018)
Luncios	(12.853)	(624)	80		(13.397)	(621)	-		(14.018)
	(12.000)	(024)			(10.007)	(021)			(14.010)
Imobilizado - Hospitalares									
Equipamentos de Informática	(1.207)	(216)	-	(425)	(1.848)	(98)	-	-	(1.946)
Instalações	(107)	(42)	-	(249)	(398)	(59)	-	(13)	(470)
Máquinas e Equipamentos	(4.104)	(1.076)	9	(268)	(5.439)	(1.163)	3	(5)	(6.604)
Móveis e Utensílios Veículos	(2.375) (70)	(383) (31)	2	(253)	(3.009) (101)	(392) (31)	8	(1)	(3.394) (132)
Volcalos	(7.863)	(1.748)	11	(1.195)	(10.795)	(1.743)	11	(19)	(12.546)
	(******)	(		(11122)	(1011-00)	()		(1-7)	(1-10-10)
Imobilizado - Não Hospitalares									
Benfeitorias em Terceiros	(43)	-	43	-		· · · · ·		. •	<del>-</del> .
Equipamentos de Informática	(12.858)	(1.548)	269	424	(13.713)	(1.609)	54	(20)	(15.288)
Instalações Máquinas e Equipamentos	(2.398) (2.298)	(220) (151)	26 39	249 268	(2.343) (2.142)	(421) (98)	40 40	15 24	(2.709) (2.176)
Móveis e Utensílios	(3.981)	(202)	283	253	(3.647)	(174)	72	-	(3.749)
Veículos	(1.015)	(117)	549	-	(583)	(116)	·-	-	(699)
	(22.593)	(2.238)	1.209	1.194	(22.428)	(2.418)	206	19	(24.621)
Outras Imobilizações									_
Benfeitorias em Terceiros	(15.293)	(2.806)	9	-	(18.090)	(2.719)	-	•	(20.809)
	(15.293)	(2.806)	9	-	(18.090)	(2.719)	-	•	(20.809)
Total Depreciação	(58.602)	(7.416)	1.309	(1)	(64.710)	(7.501)	217	-	(71.994)
Total Imobilizado	58.968				71.435				76.383
		•				_		•	
Intangível									
Custo									
Outros	28 19.068	948	(14)	-	14 20.043	4 400	- (46)	2.910	14 24.397
Software Total Custo	19.068	948	(35)	62 62	20.043	1.490 1.490	(46) (46)	2.910	24.397
Total Custo	19.090	340	(43)	02	20.037	1.430	(40)	2.310	24.411
Amortização									
Software	(13.980)	(1.742)	35	1	(15.686)	(1.599)	46		(17.239)
Total Amortização	(13.980)	(1.742)	35	1	(15.686)	(1.599)	46	-	(17.239)
Total Intangível	5.116				4.371	_		_	7.172
		•		_		_		•	
Total Geral Custo Imobilizado +	400.000		(4.440)		450.005		(222)		4=====
Intangível	136.666	20.984	(1.448)	-	156.202	16.855	(269)	-	172.788
Total Geral Depreciação + Amortização	(72.582)	(9.158)	1.344	-	(80.396)	(9.100)	263	-	(89.233)
Total Geral Imobilizado + Intangível	64.084	•			75.806	_		_	83.555
				· <del></del>				=	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 11. Imobilizado e intangível -- Continuação

O montante de R\$9.100 (2022 - R\$9.158) referente à despesa de depreciação e amortização, foi reconhecido no resultado em "Despesas administrativas", no montante de R\$4.716 (2022 - R\$4.985) e em "Eventos/Sinistros Conhecidos ou avisados, o montante de R\$4.384 (2022 - R\$4.173).

#### Direito de Uso e Passivo de Arrendamento

Composição e movimentação dos Direito de uso de ativos e Passivos de arrendamentos:

	01/01/2023	Remensuração	Adições	Amortização	31/12/2023	
<b>Direito de uso de ativos</b> Aluguel de Imóveis Administrativos e			_			
Assistenciais	30.305	2.714	2.133	(4.514)	30.639	
Total no ativo	30.305	2.714	2.133	(4.514)	30.639	•
						•
Passivos de						
arrendamento	01/01/2023	Remensuração	Adições	Juros	<b>Pagamentos</b>	31/12/2023
Passivo	32.056	2.714	2.133	3.433	(7.033)	33.304
Total no Passivo	32.056	2.714	2.133	3.433	(7.033)	33.304
•					•	
	01/01/2022	Remensuração	Adições	Amortização	31/12/2022	
Direito de uso de ativos Aluguel de Imóveis Administrativos e						
Assistenciais	32.106	2.954	2.065	(6.820)	30.305	
Total no ativo	32.106	2.954	2.065	(6.820)	30.305	
				(2.2.2)		1
Passivos de		Remensuração				
arrendamento	01/01/2022		Adições	Juros	Pagamentos	31/12/2022
Doggivo	22.106	2.054	2.065	4 722	(6.702)	22.056
Passivo	32.106	2.954	2.065	1.723	(6.792)	32.056
Total no Passivo	32.106	2.954	2.065	1.723	(6.792)	32.056

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 11. Imobilizado--Continuação

#### Direito de Uso de Passivo de arrendamentos--Continuação

Modalidade	Taxa de juros incremental	Vencimento
Contratos de aluguel de imóvel Assistencial (5 contratos)	Taxa de juros de 11,70% a.a.	Vencimentos variam de nov/24 a set/31
Contratos de aluguel de imóvel Administrativa (3 contratos)	Taxa de juros de 11,70% a.a.	Até 2026

Os saldos estimados de passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2023 a pagar registrados tem a seguinte composição de vencimento por ano:

	Valor Presente	Valor Nominal
2024	8.563	7.649
2025	6.147	7.669
2026	5.378	7.494
2027	4.332	6.743
2028	3.422	5.950
2029	2.898	5.629
2030	1.534	3.329
2031	1.030	2.498
	33.304	46.961

# 12. Provisões técnicas

	2023	2022
Provisão para eventos a liquidar (a)	161.676 123.386	135.051 116.740
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (b) Provisão para benefícios concedidos (remissão) circulante e não circulante	13.023	12.677
Eventos/sinistros a liquidar para SUS- circulante Provisão para ressarcimento ao SUS e SUS - GRU circulante	2.548 -	2.367
	300.633	266.835
Passivo circulante Passivo não circulante	293.054	259.770
Passivo não circulante	7.579 300.633	7.065 266.835

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 12. Provisões técnicas--Continuação

#### a) Provisões para eventos a liquidar

Os eventos a liquidar são assim segregados:

2023	2022
75.394	48.700
45.592	43.061
9.391	6.468
8.858	6.320
8.115	7.248
6.276	14.053
5.993	7.435
1.344	1.203
713	563
161.676	135.051
	75.394 45.592 9.391 8.858 8.115 6.276 5.993 1.344 713

#### b) Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA e PEONA SUS)

A PEONA - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados é constituída para cobrir os eventos que já tenham ocorrido para os quais a Cooperativa não recebeu o aviso de ocorrência de sua rede de atendimento.

O cálculo é efetuado conforme metodologia definida por atuário legalmente habilitado, em Nota Técnica Atuarial da Cooperativa - NTA P devidamente aprovada pela DIOPE. A PEONA é estimada com base em triângulos de *run-off* mensais, partindo do pressuposto de que os avisos referentes a eventos ocorridos nos últimos 12 meses ocorrerão de forma similar àquela observada em períodos de ocorrência anteriores.

A Cooperativa possui nota técnica atuarial para a PEONA, a qual foi aprovada pela ANS por meio do ofício nº 1950/2014/GGAME(GEHAE)/DIOPE/ANS, de outubro de 2014.

A PEONA SUS - Provisão para eventos ocorridos e não avisados do Sistema Único de Saúde está 100% contabilizada em conformidade com o valor divulgado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS em seu sítio da ANS, e o fator individual corresponde a 66% do total de eventos avisados nos últimos 24 meses.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 13.Débitos de operações de assistência à saúde e conta corrente de cooperados

### a) Débitos de operações de assistência à saúde

	2023	2022
Contraprestação de co-responsabilidade transferida	40.687	32.757
Comercialização sobre operações de assistência médica	1.049	442
Contraprestação pecuniária a restituir	753	414
Outros débitos de operações com planos de assistência	178	69
	42.667	33.682

#### b) Conta corrente de cooperados

Refere-se a valores complementares a pagar aos cooperados e que será liquidado no mês subsequente no montante de R\$5.462 (R\$5.086 - 2022) e antecipação de sobras a ser paga aos cooperados no montante de R\$33.287 (R\$22.294 - 2022)

# 14. Débitos de operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora

<u>Intercâmbio eventual:</u> trata-se dos valores a pagar aos prestadores de serviços dos atendimentos realizados aos usuários de outras operadoras do sistema Unimed Brasil, no montante de R\$8.798 (2022 - R\$11.952).

# 15. Provisões e Tributos e encargos sociais a recolher e Débitos diversos

#### a) Tributos e encargos sociais a recolher

	2023	2022
Tributos e contribuições		
PIS /COFINS e demais tributos a pagar	10.293	9.808
INSS a pagar	4.617	3.647
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	1.561	1.157
	16.471	14.612
Retenções de tributos e contribuições		
Imposto de Renda Retido na Fonte	49.275	43.323
INSS	4.409	4.386
COFINS a pagar	2.990	2.657
ISSQN	2.406	1.858
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.977	3.162
Contribuição Social a pagar e PIS a pagar	1.644	1.458
	62.701	56.844
	79.172	71.456

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 15. Provisões e Tributos e encargos sociais a recolher e Débitos diversos - Continuação

#### b) Débitos diversos

	2023	2022
Fornecedores (i)	68.423	37.806
Arrendamento Mercantil - nota 11	33.304	32.056
Salários e encargos	25.443	23.313
Honorários jurídicos	8.692	7.217
Outros	6.595	5.943
Empréstimos a coligadas	65	36
•	142.522	106.371
Passivo circulante	104.575	64.420
Passivo não circulante	37.947	41.951
	142.522	106.371

<sup>(</sup>i) A gestão financeira da Cooperativa, durante o exercício de 2023, renegociou a data de pagamento com diversos fornecedores, o que explica o aumento do saldo de contas a pagar comparando 2022 com 2023, e a alta da sinistralidade na saúde suplementar.

# 16. Provisões para ações judiciais e correspondentes depósitos judiciais e débitos diversos correlatos

A Cooperativa é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial os quais, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais.

Tendo em vista a complexidade da legislação fiscal vigente, que inclui inúmeros aspectos subjetivos e/ou sujeitos a contestações judiciais e fiscais acerca da tributação nas sociedades cooperativas, vem sendo constituída provisão para fazer face às obrigações legais ou as perdas prováveis com essas questões, devendo ser mantida até que haja decisão judicial final da qual não caiba mais nenhum recurso. As provisões para perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas pela opinião de seus consultores legais.

As movimentações dos saldos das provisões e depósitos judiciais, estão demonstrados a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 16. Provisões para ações judiciais e correspondentes depósitos judiciais e débitos diversos correlatos--Continuação

#### a) Movimentação das provisões (passivo não circulante)

	Cíveis (i)	Trabalhistas	Fiscais (ii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	96.565	4.337	258.344	359.246
Provisões (reversões), líquidas	(38.259)	3.747	(134.882)	(169.394)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	58.306	8.084	123.462	189.852
Provisões (reversões), líquidas	(126)	(496)	16.862	16.240
Saldo em 31 de dezembro de 2023	58.180	7.588	140.324	206.092

- (i) A Cooperativa vem constantemente monitorando e reavaliando seus processos judiciais de natureza cível, bem como os respectivos prognósticos de riscos de perda correlacionados, para refletir a melhor estimativa corrente quanto a probabilidade de saída de recursos para liquidar tais processos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve uma mudança de estimativa de perda para determinados processos de natureza cíveis, os quais ainda encontram-se em fase inicial/conhecimento, tais alterações são decorrentes da alteração do prognóstico de perda dos nossos consultores jurídicos, que diante de informações adicionais, melhor conhecimento sobre a natureza do assunto em discussão e, principalmente experiência em casos similares, determinados processos tiveram o seu prognostico de perda revisado de perda provável para possível em 2022, ocasionando assim uma reversão da provisão que foram refletidas prospectivamente dentro do exercício de 2022.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Cooperativa realizou a reversão de determinados processos tributários que foram encerrados, os quais mantinha tanto a provisão para contingência quanto o depósito judicial, sem impacto no resultado. Vide 16b(i). O acréscimo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está relacionado substancialmente com atualização monetária dos processos de Pis e COFINS.

#### b) Movimentação dos depósitos judiciais (ativo não circulante)

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.747	480	293.556	304.783
Novos depósitos Depósitos resgatados Reversões (i) Atualização monetária / juros	3.968 (303)	(373)	5.058 (141.143) 7.142	9.026 (676) (141.143) 7.142
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.412	107	164.613	179.132
Novos depósitos Depósitos resgatados	4.641	283	1.374	6.298
Reversões (i) Atualização monetária / juros(ii)	(805) 2.731	(176)	14.343	(981) 17.074
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20.979	214	180.330	201.523

<sup>(</sup>i) em 2022 para o processo 1999.61.05.014145-1 de COFINS a Cooperativa obteve uma decisão desfavorável, e foi revertido o depósito contra a provisão no montante R\$145.391, conforme Instrução Normativa nº 421/2004, que regulamenta o depósito judicial, determinou a transformação em pagamento definitivo.

<sup>(</sup>ii) A Cooperativa realizou a devida atualização dos seus depósitos judiciais cíveis, conforme o índice que regem os processos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 16. Provisões para ações judiciais e correspondentes depósitos judiciais e débitos diversos correlatos--Continuação

# c) Natureza das principais provisões

#### c.1) Fiscais

Tributos e encargos federais em 31 de dezembro de 2023 de R\$140.324 (2022 - R\$123.461) correspondem a:

- (i) Discussão judicial quanto à tributação pelo Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos atos cooperativos auxiliares e rendimentos das aplicações financeiras, referente ao ano calendário de 2003, no montante de R\$3.510 (2022 - R\$3.380).
- (ii) Refere-se à:(i) cobrança do Finsocial sobre o faturamento de atos cooperativos auxiliares; (ii) cobrança da COFINS sobre o faturamento de atos cooperativos auxiliares; (iii) majoração da base de cálculo da COFINS (inclusão das receitas financeiras e outras receitas operacionais). O saldo provisionado totaliza em 2023 R\$16.434 (2022- R\$10.053).
- (iii) Discussão quanto à incidência do PIS sobre o faturamento de atos cooperativos auxiliares e sobre a majoração da base de cálculo do PIS (inclusão das receitas financeiras e outras receitas operacionais), no montante de R\$54.685 (2022-R\$47.438).
- (iv) Ação judicial impetrada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), referente à cobrança desse tributo sobre a produção médica e autônomos, referente aos períodos de 1996 a 1999, no montante de R\$54.432 (2022 R\$51.859).

A Cooperativa possui ainda outros processos fiscais provisionados no montante de R\$11.263 (2022 - R\$10.731).

#### c.2) Trabalhistas

A Cooperativa constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como ré, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para almoço; (ii) insalubridade/periculosidade; (iii) estabilidade pré-aposentadoria; (vi) indenizações por acidente de trabalho/doença ocupacional; e (v) responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, dentre outros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 16. Provisões para ações judiciais e correspondentes depósitos judiciais e débitos diversos correlatos--Continuação

#### c) Natureza das principais provisões--Continuação

#### c.3) Cíveis

Referem-se, principalmente, a pedidos judiciais de revisões contratuais e indenizações de clientes.

Não é esperado nenhum outro passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

#### d) Passivos contingentes, não reconhecidos no balanço

A Cooperativa está se defendendo de ações de natureza fiscal, cíveis e trabalhistas, sob as quais ainda há de ser confirmado se terá ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos, portanto com chance de perda classificada como possível pelos seus consultores jurídicos, conforme a seguir:

	2023	2022
Cíveis	198.524	163.498
Trabalhistas	19.485	10.102
Tributárias / fiscais	795.600	865.909
	1.013.609	1.039.509

As principais ações de natureza tributárias e/ou fiscais em 31 de dezembro de 2023 e 2022, se referem a:

A Cooperativa não efetuou o recolhimento do ISSQN sobre o faturamento para a municipalidade de Campinas entre 2003 e março de 2017, em decorrência de decisões passadas favoráveis (transitadas em julgados a favor da Cooperativa). Em 2017, o Supremo Tribunal Federal apreciou novamente a matéria declarando constitucionalidade da incidência do referido imposto. O processo ainda está em andamento e a assessoria jurídica, baseada em diversas decisões do STF, considera o prognóstico de risco de perda como possível. Os valores referentes ao período de 1990 a 2005 no valor de R\$ 313.023 (2022 - R\$301.648), possuem garantias e carta/seguros fiança no montante de R\$ 162.033 (2022 - R\$145.852). Para o período de 2006 a março de 2017 o valor dos autos, equivalem a R\$ 409.351 (2022 R\$513.971), sem garantias e/ou carta/seguros fiança.

Autos de infração e imposição de multa lavrados pela municipalidade de Indaiatuba (2006 a 2007, 2009 a 2012 e 2016 a 2017) relativos ao não pagamento do ISSQN sobre as contraprestações emitidas de operações de assistência à saúde, alterado as perspectivas de perda para remota em 2023, conforme êxito no processo a favor da Cooperativa durante o exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 16. Provisões para ações judiciais e correspondentes depósitos judiciais e débitos diversos correlatos--Continuação

- d) Passivos contingentes, não reconhecidos no balanço--Continuação
  - (i) Compensações de 2003 a 2021 de Impostos de Renda Retidos na Fonte (IRRF), IRPJ/CSLL e PIS/COFINS, totalizando R\$42.628 (2022 - R\$40.783), R\$2.071 (2022 -R\$3.952) e R\$5.645 (2022 - R\$5.555), respectivamente. O processo 5011061-57.2023.4.03.6105 IRRF possui garantia R\$4.668.

Cível- a Cooperativa possui pedidos judiciais de revisões contratuais e indenizações de clientes, no montante de R\$198.524 (2022 R\$163.498).

Trabalhistas – a Cooperativa possui o montante de R\$19.485 (R\$10.102 em 2022) em ações trabalhistas.

Em face da avaliação dos consultores jurídicos não indicar que as chances de perdas nesses processos sejam prováveis, nenhuma provisão vem sendo registradas nas demonstrações financeiras.

# 17. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital social é ilimitado quanto ao máximo de quotas, variando conforme o número de quotas subscritas, não podendo, entretanto, ser inferior a 3.326 quotas.

A quota-parte é individual e intransferível a não cooperados e não pode ser negociada de nenhum modo nem dada em garantia. Entretanto, depois de integralizada, poderá ser transferida entre os cooperados, mediante autorização da Assembleia Geral e pagamento da taxa de 5% sobre o seu valor, respeitando o limite máximo de um terço do valor do capital subscrito para cada cooperado.

O cooperado obriga-se a subscrever quotas-partes, quando de sua admissão, com pagamento à vista ou parcelado.

Foi aprovado em Assembleia Geral realizada em março de 2022, o aumento de capital no montante de R\$15.000, por meio das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve aumento de capital por subscrição relativo a ingresso de novos cooperados, deduzido das devoluções, totalizando o montante de R\$7.161 e apresenta o saldo acumulado de R\$393.957 (2022 R\$376.194).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 17.Patrimônio líquido--Continuação

#### a) Capital social -- Continuação

O capital social integralizado pode ser remunerado com juros de até 12% a.a., conforme determina o Estatuto Social da Cooperativa.

Juros sobre o capital social

Diferentemente das Sociedades Anônimas em relação aos Juros Sobre o Capital Próprio, previstos no art. 9º da Lei nº 9.249/95, calculados sobre o patrimônio líquido e que possui característica de dividendos, em que a CVM orienta a reversão do valor na última rubrica do resultado conforme deliberação CVM nº 207, de 13 de dezembro de 1996, não há previsão para reversão dos juros sobre o capital social das cooperativas, que por sua vez não têm a característica de pagamento de dividendos, uma vez que as sociedades cooperativas apenas são autorizadas a atualizarem o valor do capital social até o limite de 12% ao ano, mas não podem, de forma alguma, distribuir dividendos. Se, porventura, vierem a ter sobras, de acordo com o art. 4º, inciso VII da Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas do exercício deverão retornar, proporcionalmente, às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral.

Dessa forma, a Cooperativa registrou os juros sobre o capital social à conta de despesas financeiras e incorporou o valor líquido dos efeitos tributários à cota capital de cada cooperado, atualizando-as em 2023 em 4,4% no montante de R\$13.445 (em 2022 não foram distribuídos juros sobre o capital social).

#### b) Reservas de sobras

São constituídas anualmente pelos seguintes fundos, em conformidade com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei Cooperativista nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

#### b.1) Fundo de reserva

É constituído pela apropriação de 10% da sobra líquida dos atos cooperativos principais apurada em cada exercício social e destina-se a reparar eventuais perdas de qualquer natureza que a Cooperativa venha a sofrer. É indivisível entre os cooperados, mesmo no caso de dissolução e liquidação da Cooperativa.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante das sobras destinadas ao Fundo de reserva foi de R\$2.930 (2022 - R\$2.826), apresentando saldo acumulado de R\$76.589 (2022 - R\$73.597).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 17.Patrimônio líquido--Continuação

#### b) Reservas de sobras--Continuação

#### b.1) Fundo de reserva--Continuação

Adicionalmente, conforme prevê o estatuto social, além do percentual de 10%, reverte em fundo de reserva os valores não reclamados pelos cooperados decorridos cinco anos, montante de R\$62 no exercício de 2023, para 2022 não tivemos reversão.

# b.2) Fundo/Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES/RATES)

Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES) é constituído através da destinação de 5% das sobras líquidas do exercício dos atos cooperativos principais e pelo resultado integral apurado nos atos cooperativos auxiliares e não cooperativos. O Fundo é indivisível e destina-se à prestação de assistência aos cooperados e seus dependentes legais e aos empregados da Cooperativa. No caso de liquidação e dissolução da Cooperativa, o referido Fundo terá destinação que for aprovada em Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante das sobras destinadas ao FATES/RATES corresponde a R\$77.871 (2022 - R\$136.357), apresentando saldo acumulado de R\$238.681 (2022 - R\$192.795).

#### c) Reservas estatutárias

#### c.1) Reserva AGE - FINSOCIAL e COFINS

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2001, foi deliberado que o montante de R\$4.012, que estava registrado como contas a receber de cooperados, fosse integralmente compensado com a reserva de sobras inflacionárias, e o reembolso por essas perdas foi recebido dos cooperados em até 24 parcelas, a partir do mês de agosto de 2001.

Os valores das parcelas recebidas estão registrados nessa reserva e sua utilização é restrita ao (i) pagamento, caso seja exigido, das contribuições ao Finsocial e COFINS do período de janeiro de 1990 a outubro de 1995, que foram objeto de autos de infração e estão em discussão judicial; (ii) aumento do capital social; ou (iii) outra destinação mediante aprovação em Assembleia Geral de Cooperados. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$3.856.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 17. Patrimônio líquido--Continuação

#### c) Reservas estatutárias--Continuação

#### c.2) Fundo de reserva expansão CQA (Centro de Quimioterapia Ambulatorial)

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de março de 2023, foi deliberado a constituição do fundo de expansão do CQA, pelo montante de R\$ 38.004, mediante reversão da reserva "Riscos Fiscais" (ISSQN), no montante de R\$13.978, e capitalização das sobras do exercício de 2022, no montante de R\$24.026.

#### c.3) Reserva AGO - Riscos fiscais

Corresponde à apropriação de sobras de exercícios anteriores, conforme determinado em Assembleias Gerais Ordinárias de cooperados, as quais foram retidas para fazer face a eventuais desembolsos decorrentes de efeitos adversos das discussões das contingências fiscais envolvendo a Cooperativa.

Conforme Nota 20(b), a Cooperativa realizou a adesão ao REFIS para o pagamento do ISS, e a reserva foi atualizada para R\$4.099 (2022 - R\$14.942). Como resultado, o valor remanescente da referida reserva foi revertido para a Reserva Expansão do CQA, no montante de R\$ 13.978, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de março de 2023.

#### c.4) Outras reservas

Corresponde à constituição de reserva relacionada com as sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante R\$11.400, a qual foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 10 de março de 2014, bem como o montante de R\$1.736, referente ao saldo da distribuição deliberada na Assembleia Geral Ordinária de 29 de março de 2011. O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2023 é R\$11.721 (2022 - R\$12.002).

#### c.5) Reservas inflacionárias

Estão representadas pelo montante acumulado remanescente das transferências do saldo da correção monetária do balanço, nos termos da Resolução Conselho Nacional do Cooperativismo nº 27, a qual foi extinto em 1991, com a revogação do decreto que constitui esse conselho, pelo Decreto do Poder Executivo, sem número, de 5 de setembro de 1991. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$1.885.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 17.Patrimônio líquido--Continuação

#### d) Recomposição do Resultado

Os efeitos dos gastos relativos ao FATES/RATES e as Reservas Estatutárias, estão registrados em despesas administrativas conforme Nota Explicativa nº 20, em atendimento ao ITG2004. As anulações dos efeitos destes registros transitando por resultado, mas tendo como origem os recursos dos fundos, estão sendo apresentados conforme quadro abaixo, em atendimento à Lei nº 5.764/71 que define a política nacional de Cooperativismo.

	2023			
			Atos não	•
	Principais	Auxiliares	cooperativos	Total
Sobra Liquida do Exercício	(2.017)	708	77.878	76.569
(+/-) Ajustes no Resultado (+) Reversão do FATES/RATES	31.181	796	8	31.985
(+) Reversão Reserva Fiscal	-	-	(3.135)	(3.135)
(+) Reversão Reserva AGE	129	150	2	281
Saldo a Destinar	29.293	1.654	74.753	105.700
(-) Fundo de Reserva 10%	(2.930)			(2.930)
(-) FATES estatutário 5%	(1.464)			(1.464)
(-) FATES/RATES Resultado com não associados		(1.654)	(74.753)	(76.407)
Sobras e Perdas a Disposição da AGO	24.899	-	-	24.899

	2022			
			Atos não	
	Principais	Auxiliares	cooperativo	Total
Sobra Liquida do Exercício	10.767	59.349	73.014	143.130
(+/-) Ajustes no Resultado				
(+) Reversão do FATES/RATES	13.786	544	6	14.336
(+) Reversão Reserva Fiscal	3.578	3.856	(1.971)	5.463
(+) Reversão Reserva AGE	134	145	1	280
Saldo a Destinar	28.265	63.894	71.050	163.209
(-) Fundo de Reserva 10%	(2.826)			(2.826)
(-) FATES estatutário 5%	(1.413)			(1.413)
(-) FATES/RATES Resultado com não associados		(63.894)	(71.050)	(134.944)
Sobras e Perdas a Disposição da AGO	24.026	-	-	24.026

Conforme previsto na Lei Nº 5.764, os resultados das operações das cooperativas com não associados, que abrange os atos cooperativos auxiliares e não cooperativos, serão levados à conta do "Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social" e serão contabilizados em separado, de molde a permitir cálculo para incidência de tributos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 18. Receita operacional, líquida - Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde

	To	Total	
	2023	2022	
Contraprestações líquidas Variação das provisões técnicas	3.197.079 (344)	2.648.348 232	
Total de receita bruta	3.196.735	2.648.580	
Menos: Tributos sobre vendas	(82.157)	(68.329)	
Total de receita operacional	3.114.578	2.580.251	

# 19. Eventos indenizáveis, líquidos / sinistros retidos

	Total	
	2023	2022
Internações	(845.797)	(783.040)
Exames	(634.340)	(485.944)
Terapias	(569.629)	(523.580)
Consultas médicas	(390.862)	(274.866)
Outros atendimentos ambulatoriais	(206.379)	(153.277)
Demais despesas médicas-hospitalares	(26.572)	(31.922)
Total eventos/sinistros conhecidos ou avisados	(2.673.579)	(2.252.629)
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(6.646)	(17.828)
Eventos Indenizáveis Líquidos/ Sinistros Retidos	(2.680.225)	(2.270.457)

# 20. Despesas administrativas

	lotai	
	2023	2022
Despesas com pessoal (a)	(148.052)	(138.438)
Despesas diversas (i)	(41.615)	(22.974)
Despesas com serviços de terceiros	(36.656)	(20.103)
Despesas com localização e funcionamento	(30.672)	(30.473)
Despesas com publicidade e propaganda	(25.419)	(21.573)
Despesas com tributos (b)	(5.518)	(13.901)
Despesas com multas administrativas	(655)	(178)
	(288.587)	(247.640)

Total

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 20. Despesas administrativas--continuação

(i) Refere-se substancialmente a gastos relativos à utilização do FATES/RATES, no montante de R\$31.985 conforme Nota 17 (d).

#### a) Despesas com pessoal

	Total	
	2023	2022
Despesas com empregados	(84.034)	(84.807)
Despesas com encargos sociais	(30.368)	(29.457)
Despesas com administração	(11.242)	(11.034)
Despesas com programa de alimentação	(8.644)	(7.618)
Despesas com assistência médica (i)	(6.803)	· -
Despesas com indenizações	(4.353)	(3.053)
Outras despesas	(1.508)	(1.447)
Despesas com transporte	(886)	(965)
Despesas com formação profissional	(214)	(57)
	(148.052)	(138.438)

<sup>(</sup>i) Aplicação da RN 528 anexo IV, quando a operadora funciona para seus funcionários tal como uma autogestão por RH, inclusive com registro de produto específico na ANS. Nesse caso, não há nenhuma receita de contraprestação a ser reconhecida e todas as despesas relacionadas à assistência à saúde dos funcionários serão tratadas como despesas administrativas.

#### b) Despesas (receitas) com tributos

	Total	
	2023	2022
Provisão para contingência tributária (ii)	(9.130)	-
Outros créditos tributários/contribuições (Nota 9)	11.404	
Contribuições	(6.084)	(4.930)
Pis Folha Pagamentos	(803)	(778)
Demais despesas com tributos	(905)	(713)
Execução Fiscal (i)		(7.480)
	(5.518)	(13.901)

<sup>(</sup>i) ISSQN do município de Campinas compensado com o débito da multa por descumprimento da obrigação acessória do AIIM nº 7257/2019, no valor de R\$6.936, referente ao período de abril a dezembro de 2017, valor do débito remanescente de R\$543, pago através de guia emitida pela prefeitura. Os montantes pagos, acrescido da atualização monetária do período, foi descontado da Reserva de Riscos Fiscais, conforme notas 17 (c.2 e d).

<sup>(</sup>ii) Revisão da estimativa de perda dos processos já provisionados nas contingências tributárias, Pis e COFINS.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 21. Outras receitas (despesas) operacionais de planos de assistência à saúde

	Total	
	2023	2022
Outras receitas	8.257	9.692
Comissões e Agenciamentos	4.212	3.998
Benefício Família	3.525	3.319
Inscrições e confecção carteiras	547	533
Recuperação Perdas de Clientes	210	298
Déficit - Apuração Contratos PJ	(950)	(1.816)
Provisão Contratos Custo Operacional	(277)	2.871
	15.524	18.895

# 22. Receitas com Operações de Assistência Médico Hospitalar; Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionada com planos da operadora; Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde

Referem-se às receitas e despesas de atendimentos de intercâmbios realizados pela Unimed Campinas aos usuários de outras operadoras de saúde do sistema Unimed conforme a seguir:

a) Receitas com Operações de Assistência Médico Hospitalar e Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionada com planos da operadora

	Total	
	2023	2022
Intercâmbio Eventual Receitas de atendimento de intercâmbio realizados pela Unimed Campinas aos	50.436	45.010
usuários de outras operadoras de saúde do sistema Unimed	31.946	44.975
Receitas Serviços Próprios - PCMSO	5.315	5.611
Outros	326	123
Tributos	(1.911)	(2.149)
	86.112	93.570

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 22. Receitas com Operações de Assistência Médico Hospitalar; Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionada com planos da operadora; Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde--continuação

# b) <u>Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionada com planos da</u> operadora

	To	Total	
	2023	2022	
Despesas de atendimento de intercâmbio realizados pela Unimed Campinas aos			
usuários de outras operadoras de saúde do sistema Unimed	(57.678)	(72.402)	
Despesas com serviço próprio (i) - Ociosidade	(26.988)	(27.519)	
Intercambio Eventual - Glosas	(22.320)	(14.486)	
Custos PCMSO	(2.542)	(3.349)	
Outros	(1.232)	(1.546)	
	(110.760)	(119.302)	

<sup>(</sup>i) A capacidade ociosa é aquela parte do recurso que está disponível para uso, mas que, por alguma razão, não está sendo efetivamente utilizada, logo, acarretando custos de ociosidade. Os valores são referentes a apuração dos serviços do Hospital da Unimed Campinas (HUC).

#### c) Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde

	Total	
	2023	2022
Provisão Contingências cíveis (ii)	2.428	39.116
Pagamento aos cooperados (i)	(45.181)	(30.082)
Licença Remunerada (v)	(31.214)	(27.250)
Perdas de contas a receber	(9.566)	(6.018)
Remuneração variável Bem Mais (iv)	(9.350)	· -
Plano Auxílio Incapacidade Temporária -PAIT	(3.069)	(2.988)
Despesas com cobrança bancárias	(1.350)	(1.098)
Confecção de carteiras e livros de credenciamento	(1.266)	(807)
Plano Auxílio Maternidade -PAMA	(1.229)	(1.184)
Outras (iii)	` (710)	(8.548)
• •	(100.507)	(38.859)

<sup>(</sup>i) Para maiores informações, vide Nota 27.

<sup>(</sup>ii) Referente a revisão de premissas e orientação na determinação do prognóstico de perda dos processos judiciais de natureza cível, realizados em 2022, conforme Nota 16(a).

<sup>(</sup>iii) Referente a perda de processos tributários, no exercício de 2022, referente aos anos calendários de 2010 e 2011, saldo negativo de IR não homologado pela receita federal.

<sup>(</sup>iv) A Remuneração do Bem Mais é o programa de bonificação do médico cooperado. A remuneração é definida com base em metas trimestrais elaboradas sob três grandes pilares: sustentabilidade financeira, satisfação do cliente e qualidade assistencial. No primeiro trimestre de 2023, as metas foram alcançadas, sendo distribuído entre os cooperados o montante de R\$9.350, para os meses subsequentes as metas do programa não foram atingidas.

<sup>(</sup>v) Licença Remunerada: benefício que permite ao Cooperado se afastar das atividades médicas por um período de 20 dias corridos e ininterruptos, podendo ser os 20 primeiros dias do mês ou os 20 últimos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 23. Resultado financeiro, líquido

	2023	2022
Receitas de aplicações financeiras (iv)	100,228	61.056
Juros - depósitos judiciais	12.835	7.585
Receitas financeiras com operações de assistência à saúde	9.912	11.175
Atualização Selic - Perdcomp's (i)	5.314	17.534
Descontos obtidos/Outras receitas	681	911
Total receitas financeiras	128.970	98.261
Juros sobre capital próprio (ii)	(15.229)	- (40.000)
Atualização monetária passiva (i)	(12.233)	(16.298)
Despesas Financeiras com Arrendamento Mercantil (iii)	(3.724)	(1.727)
Descontos concedidos	(2.434)	(1.927)
Outras despesas	(2.003)	(9.083)
Total despesas financeiras	(35.623)	(29.035)
Resultado financeiro líquido	93.347	69.226

<sup>(</sup>i) Para o exercício de 2022 atualização dos impostos, conforme revisão tributária nota 24 (i)

# 24. Imposto de renda e contribuição social

#### a) Reconciliação da taxa efetiva

	Total	
	2023	2022
Resultado antes dos impostos e participações	117.173	78.838
Imposto calculado a alíquota nominal 34%	(39.839)	(26.805)
Resultado de atos cooperativos Outras adições/exclusões (ii) Recuperação de Imposto (i)	(405) 1.435 	3.921 2.169 86.592
Encargo fiscal	(38.809)	65.877
Imposto de renda e contribuição social correntes Imposto de renda e contribuição social diferido	(41.247) 2.438	71.861 (5.984)
	(38.809)	65.877

<sup>(</sup>ii) A Cooperativa registrou os juros sobre o capital social à conta de despesas financeiras pelo valor bruto e incorporou o valor líquido dos efeitos tributários à cota capital de cada cooperado conforme nota 17(a).

<sup>(</sup>iii) Adequação ao CPC 06(R2) - Arrendamentos, conforme nota 4.15 e 11(a).

<sup>(</sup>iv) Gestão dos investimentos com o auxílio de assessoria externa especializada. O aumento foi impulsionado pela sólida posição de caixa da Cooperativa e taxa Selic em patamares ainda elevados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 24. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

- (i) Refere-se a reversão do imposto, conforme mencionado nas Notas 4.13 e 8. O montante do crédito tributário referente aos exercícios de 2017 a 2020, foi de R\$104.126, sendo R\$86.592 de valor original e R\$17.534 de atualização monetária pela variação da taxa SELIC.
- (ii) Em 2023 a Cooperativa passou a usufruir dos benefícios fiscais da lei nº 11.196/05 Lei do Bem referente ao ano de 2022, onde foram analisados um total de 12 projetos de atividades de inovação tecnológica. O valor da exclusão do benefício correspondeu a 60% do benefício elegível sendo R\$1.649 excluído direto da base de tributável de IR/CS e reduzindo o valor do imposto de IR/CS em R\$561.

Os atos cooperativos principais não constituem base de cálculo dos impostos, razão pela qual a Cooperativa efetua a demonstração do resultado apurando o resultado tributável originado pelo ato cooperativo auxiliar e não cooperativo.

#### b) Tributos diferidos ativos

	2023	2022
Ativo de imposto diferido Passivo de imposto diferido	46.500 (24.541)	39.493 (19.971)
Ativo de imposto diferido (líquido)	21.959	19.522

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o imposto diferido (ato cooperativo auxiliar e ato não cooperativo) é composto por:

	2023	2022
Provisão para contingências cíveis	11.784	11.851
Provisão para perda sobre crédito	7.611	6.842
Provisão para contingências trabalhistas	1.400	1.492
Outras provisões e atualizações	1.349	1.041
Provisão para honorários advocatícios	672	333
Atualização monetária tributos exigíveis	509	362
Provisão para contingências tributárias	(1.366)	(2.399)
	21.959	19.522

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 25. Instrumentos financeiros

#### 25.1. Gestão de riscos financeiros

#### Fatores de risco financeiro

As atividades da Cooperativa a expõem a alguns riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Cooperativa.

#### Riscos de crédito

A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira por meio de políticas específicas definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração.

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e operações compromissadas. O Departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O faturamento de assistência à saúde é liquidado por meio de boleto bancário.

#### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

		contábil	
	Nota	2023	2022
Aplicação Financeira em Fundo dedicado a Saúde			
Suplementar	6	412.484	186.206
Depósitos judiciais	16	212.927	179.133
Contas a receber e outros créditos	7	208.231	179.619
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	6	168.735	115.588
Letras financeiras - títulos privados e públicos	6	135.036	170.303
Nota do Tesouro Nacional tipo B (NTN-B)	6	51.163	-
Recibo de Depósito Cooperativo (RDC)	6	44.817	143.847
Créditos de operadoras de assistência à saúde não			
relacionados aos planos de saúde da operadora	7	38.634	46.980
Fundo Imobiliário	6	1.105	1.007
		1.273.132	1.022.684

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 25. Instrumentos financeiros--Continuação

#### 25.1. Gestão de riscos financeiros--Continuação

Riscos de crédito--Continuação

Contas a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito do contas a receber está em linha com a Instrução Normativa 528/22 emitida pela ANS, bem como pela Resolução Normativa RN 472 da ANS, de 29 de setembro de 2021, que determinou pela aplicação CPC 48 - Instrumentos Financeiros (Nota 4.18) que estabelece a constituição da provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de Planos de Assistência à Saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os seguintes critérios:

- Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (ii) Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (iii) Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato provisionada.

#### Recibo de Depósito Cooperativo

A Cooperativa possui aplicação em RDC recibo de depósito cooperativista, título escritural de investimento financeiro que se assemelha ao CDB - Certificado de Depósito Bancário, ou RDB - Recibo de Depósito Bancário da UNICRED, sendo o principal instrumento de captação de recursos das Instituições Financeiras Cooperativas. A Administração classifica o papel como de baixo risco de crédito e não espera que a contraparte falhe na liquidação de suas obrigações. Faz parte da política e processo de gestão de riscos, o monitoramento do score de risco e *rating* das principais instituições.

#### Certificado de Depósito Bancário (CDB)

A Cooperativa possui aplicação em CDB em bancos de primeira linha com classificação de risco baixa. A Administração classifica o papel como de baixo risco de crédito e não espera que a contraparte falhe na liquidação de suas obrigações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 25. Instrumentos financeiros--Continuação

#### 25.1. Gestão de riscos financeiros--Continuação

Riscos de crédito--Continuação

Letras Financeiras do Tesouro Nacional

No que tange a aplicações financeiras em títulos do Tesouro Nacional (LFT/LTN) a Cooperativa avalia o risco de crédito como baixo, pois esses papéis possuem garantia de liquidação do Governo Federal.

#### Fundos de Investimentos

A Administração classifica estes fundos como de baixo risco de crédito, pois são de renda fixa com uma política de investimento bem restrita, sendo destinados a Ativos Garantidores da ANS, giro do caixa (disponibilidades) e investimentos imobiliário de longo prazo.

#### Risco de liquidez

A previsão e gestão do fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em títulos e valores mobiliários de curto e longo prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e com risco de conjuntura, mercado e crédito dentro da política de investimentos aprovada pela Administração.

#### Capital Baseado em Risco

A partir de 01 de janeiro de 2023, em conformidade com a RN 569/2022, entrou em vigor novos critérios para definição do capital regulatório (limite mínimo de patrimônio líquido ajustado a ser observado a qualquer tempo) das operadoras de planos de assistência à saúde, em substituição a metodologia aplicada pela Margem de Solvência até então regida pela RN 526/2022.

O Capital Regulatório é definido pelo maior montante entre o Capital Base (montante fixo a ser observado a qualquer tempo, em função da modalidade, segmentação e região de comercialização das reguladas, como disposto no Anexo I da RN 569) e o Capital Baseado em Riscos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 25. Instrumentos financeiros--Continuação

#### 25.1. Gestão de riscos financeiros--Continuação

#### Risco de liquidez--Continuação

A nova metodologia consiste em parâmetros para cálculo das parcelas referentes aos riscos de subscrição (CRS); crédito (CRC); operacional, incluindo o legal (CRO) e de mercado (CRM) detalhados, respectivamente, nos Anexos IV, V, VI e VII da RN 569/22.

A Cooperativa efetuou os cálculos com base nessa nova metodologia, conforme a seguir:

	2023
Capital Base	534
Capital Baseado em Risco	439.024
Capital Regulatório	439.024
Patrimônio Líquido Ajustado	736.871
Suficiência do PLA em relação ao CBR	Suficiente
% PLA em relação ao Capital de Risco	68%

#### Risco de Mercado

O risco de taxa de juros da Cooperativa decorre, principalmente, do seu volume de aplicações financeiras. Todas as movimentações relacionadas à taxa de juros impactam no resultado da Cooperativa.

A política da Cooperativa é de: (a) garantir com aplicações financeiras as provisões técnicas exigidas pela Agência reguladora e (b) aplicar o excedente em títulos de renda fixa buscando as melhores taxas de mercado junto as instituições financeiras de grande porte.

#### Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de créditos de operações com planos de assistência à saúde e eventos a liquidar com operações de assistência à saúde pelo valor contábil, menos perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos.

A Cooperativa aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 25. Instrumentos financeiros--Continuação

#### 25.1. Gestão de riscos financeiros--Continuação

Risco de Mercado--continuação

Hierarquia de valor justo

O CPC 46 (Mensuração do Valor Justo) define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Essa norma também aborda que a mensuração de ativo ou passivo a valor justo é pautada nas premissas que os participantes do mercado utilizam para precificação e estabelece uma hierarquia de valor justo cujo propósito consiste na classificação, por prioridade, das informações aplicadas para a definição dessas premissas. A hierarquia do valor justo prioriza informações disponibilizadas em mercados ativos para instrumentos idênticos (dados observáveis) aquelas com baixo grau de transparência (dados não observáveis). Abaixo são detalhados os três níveis de hierarquia:

- Nível 1 as informações são preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Cooperativa possa ter acesso na data da mensuração.
- Nível 2 as informações excluem os preços cotados em mercados ativos incluídos no Nível 1 e abrangem informações substancialmente observáveis pelo prazo integral do ativo ou passivo: preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares; preços cotados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou informações corroboradas pelo mercado.
- Nível 3 as informações não são observáveis para o ativo ou passivo, contudo correspondem aos melhores dados disponíveis pela Cooperativa na data de mensuração do valor justo, podendo incluir os próprios dados da Cooperativa.

A tabela que apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo, estão apresentados na Nota Explicativa nº 6.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 25. Instrumentos financeiros--Continuação

# 25.2. Instrumentos financeiros por categoria

#### **Ativos Financeiros**

	31 de dezembro de 2023		
	Total Contabil	Valor Justo	
Custo Amortizado			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Disponível	25.835	25.835	
Aplicação financeira	813.340	813.340	
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	208.231	208.231	
Créditos de operações de assistência à saúde não			
relacionados com planos de saúde da operadora	25.671	25.671	
Títulos e créditos a receber	-	=	
Bens e títulos a receber	54.577	54.577	
Depósitos judiciais	201.523	201.523	
Outros créditos	11.404	11.404	
Total	1.340.581	1.340.581	

	31 de dezembro de 2022		
	Total Contabil	Valor Justo	
Custo Amortizado			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Disponível	55.353	55.353	
Aplicação financeira	425.120	425.120	
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	179.619	179.619	
Créditos de operações de assistência à saúde não			
relacionados com planos de saúde da operadora	34.035	34.035	
Títulos e créditos a receber	-	-	
Bens e títulos a receber	53.109	53.109	
Depósitos judiciais	41.152	41.152	
Outros créditos	1.587	1.587	
Total	981.806	981.806	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 25 Instrumentos financeiros--Continuação

#### 25.2. Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

#### Passivos Financeiros

	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
	Valor		Valor	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo Amortizado				
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	42.667	42.667	33.682	33.682
Débitos com Operações de Assistência à Saúde				
Não Relacionadas com Planos Saúde da				
Operadora	8.798	8.798	11.952	11.952
Empréstimos a coligadas	65	65	35	35
Débitos diversos	142.457	142.457	121.255	121.255
Total	193.987	193.987	166.924	166.924

# 26. Cobertura de seguros

A Cooperativa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2023 os principais seguros vigentes eram:

- (a) Responsabilidade Civil: contratadas através das apólices de seguros patrimoniais
- (b) <u>Riscos Operacionais:</u> Cooperativa possui apólice contratada D&O e Seguro Garantia Judicial
- (c) Risco Cibernético: Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética CyberEdge
- (d) <u>Seguro Vida</u>: Cooperativa possuiu apólice contratada com cobertura para todos os Colaboradores
- (e) <u>Auxílio Funeral</u>: Cooperativa possui apólice contratada com cobertura para Cooperados e Colaboradores
- (f) <u>Frota de Automóvel:</u> Cooperativa possui apólice contratada com cobertura compreensiva para todos os veículos da frota.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 27. Partes Relacionadas

#### a) Transações com cooperados

A Cooperativa considera como partes relacionadas as pessoas ou entidades que estão relacionadas com a Unimed Campinas, considerando as premissas do CPC 05 - Partes Relacionadas. As transações realizadas pela Cooperativa com partes relacionadas estão representadas principalmente por seus cooperados que compreendem:

	2023	2022
<u>Ativo</u>		
Contas a receber cooperados(i)	5.700	5.352
Passivo		
Eventos indenizáveis a liquidar(ii)	45,391	49.656
Conta corrente com cooperados(iii)	38.811	27.380
Resultado		
B		
Receitas		
Contraprestações líquidas (v)	40.970	22.176
Custos e despesas		
Custos (iv)	1.082.989	922.848
Despesa com utilização do Rates (vi)	30.494	13.281
Remuneração variável Bem Mais (nota 4.8)	9.350	-
Pagamento aos cooperados (vii)	45.181	30.082
Licença Remunerada/PAMA/PAIT (nota 4.8)	35.512	29.532

- (i) Ativo Referente contas a receber dos cooperados conforme descontos insuficientes na remuneração.
- (ii) Passivo Contas a pagar ao cooperados referente a remuneração por consultas, honorários e outros atendimentos.
- iii) Passivo Pagamento de sobras.
- (iv) Resultado Custo referente a remuneração aos cooperados, conforme atendimento aos beneficiários da Cooperativa.
- v) Receita Liquida referente ao plano de saúde para os cooperados e agregados,
- (vi) Subsídio das despesas com plano de saúde.
- (vii) Pagamento aos cooperados deliberado e aprovado pelo Conselho de Administração no respectivo ano, que decidiu remunerar os médicos com base no histórico da produção médica realizada no período.

#### b) <u>Transações entre cooperados</u>

Os cooperados constituíram uma ação de solidariedade mútua denominada Plano de Auxílio Funeral ("PAF), com a finalidade de contribuírem com valores (doação) quando da morte de um colega, ou de sua invalidez, ou por mérito após 35 anos de filiação à Cooperativa e mínimo 65 anos de idade. O PAF foi criado através da AGE no dia 11 de dezembro de 1986 e posteriormente foi remodelado na AGE no dia 30 de novembro de 2009, e esse regulamento aprovado regulamenta o atual funcionamento do plano. A Cooperativa atua como instrumento de viabilização prática, da vontade coletiva dos cooperados e de acordo com regulamento não possui nenhuma obrigação contributiva de suplementação ao benefício pago aos cooperados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 28. Reconciliação entre os métodos direto e indireto dos fluxos de caixa das atividades operacionais

	2023	2022
Resultado antes dos impostos e participações	117.173	78.838
Ajustes para reconciliar a sobra liquida ao caixa gerado pelas atividades		
operacionais		-
Depreciação e amortização	9.100	9.159
Amortização - Arrendamento Mercantil	4.514	6.820
Provisões técnicas	33.798	7.192
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(5.122)	(44.346)
Baixa de Ativo imobilizado	6	105
Provisão Participação no Resultado	(1.795)	(1.584)
Recebimento de sobras de investimentos	(6.501)	(6.126)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas com bens e títulos a	(0.054)	(0.4.4)
receber	(2.351)	(314)
Juros sobre o capital social	13.445	- (F. 400)
Juros e variações monetárias	(3.393)	(5.126)
	158.874	44.618
(Aumonto) / Diminuição do ativos		
(Aumento) / Diminuição de ativos Créditos de Operações com planos de assistência à saúde	(19.814)	(11.963)
Tributos a recuperar	31.350	86.562
Outros créditos a longo prazo	(9.817)	12.696
Outros títulos e créditos a receber	(4.692)	9.761
Outros valores e bens	1.508	(5.531)
Aplicações financeiras	(196.389)	(69.910)
Depósitos Judiciais	6.088	(8.349)
Depositos dudicidis	0.000	(0.040)
Aumento (diminuição) de passivo Tributos e encargos sociais a recolher e provisões de imposto de renda e		
contribuição social sobre o lucro	(6.600)	(119)
Outros Passivos	51.526	1.403
Fornecedores	5.136	13.809
1 511100000100	01100	10.000
Caixa gerado pelas atividades operacionais	17.170	72.977
Imposto de renda e contribuição social pagos	(26.931)	(14.735)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais - método indireto	(9.761)	58.242
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais - método direto	(9.761)	58.242

\* \* \*

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### Conselho de Administração

Dr. João Lian Júnior - Coordenador do Conselho de Administração

Dra. Carla Rosana Guilherme Silva - Conselheira/Secretária

Dr. Adriano Cesar Bertuccio - Conselheiro

Dr. Avelino Bastos - Conselheiro

Dr. Carlos Eduardo Lopes - Conselheiro

Dr. Luis Alves de Matos - Conselheiro

Dr. Luiz Antonio da Costa Sardinha - Conselheiro

Dr. Miguel Carlos Hyssa Brondi - Conselheiro

Dr. Ricardo Raffa Valente - Conselheiro

#### **Diretoria Executiva**

Dr. Gerson Muraro Laurito - Diretor Presidente

Dr. Paulo Dechichi Júnior - Diretor Administrativo

Dr. Plínio Conte de Faria Junior - Diretor Financeiro

Dr. Antonio Claudio Guedes Chrispim - Diretor Médico-Social

Dr. Flávio Leite Aranha Junior - Diretor da Área Hospitalar e Serviços Credenciados

Dr. José Windsor Angelo Rosa - Diretor Comercial

#### Superintendências

Superintendente Geral - Elem Regina Serafim Martins Superintendente de Estratégias e Finanças - William Camassari Itabashi

#### Contadora

Tatiane Vanessa Bravo Dias CRC 1SP 285344/O-2